

**Universidade de São Paulo**  
**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**  
**Departamento de História**

**PETER ROBERT DEMANT**  
**Prof. Livre-docente - Associado II**  
DH/USP e IRI/USP

MEMORIAL apresentado em 2011 para  
progressão da carreira docente

## AUTOBIOGRAFIA INTELECTUAL

Peter Robert Demant, nacionalidade holandesa, nascido em Amsterdã, Holanda, em 1951. Casado, 2 filhas.

As etapas de meu percurso intelectual correspondem aos vários lugares da moradia e atuação na minha vida: Bélgica, Holanda, Israel, Brasil. Após uma sucinta discussão das origens da minha família, judeus de ascendência alemã e holandesa, o texto descreve as influências que absorvi durante minha juventude em Antuérpia, Bélgica. Estudei história na Universidade de Amsterdã, Holanda (1969-1981) onde obtive sucessivamente bacharelado (1976) e mestrado (1981) em História Moderna e Contemporânea, e onde comecei minha especialização em estudos do Oriente Médio e em história judaica contemporânea. Quanto à minha trajetória intelectual, analiso o impacto do marxismo, sionismo e outras ideologias, as discussões sobre, e envolvimento político e social com, a questão Israel-Palestina e como cristalicei minha posição à esquerda sionista, favorável a um Estado judeu mas preconizando sua coexistência com outro Estado palestino, mediando retirada israelense dos territórios ocupados. Pesquisei a política israelense de colonização nos territórios palestinos ocupados e defendi sobre esse assunto minha tese de doutorado (1988). Na mesma época também lecionei no departamento de História da minha alma mater. Também obtive experiência junto ao NOVIB-Oxfam, organização holandesa de ajuda ao desenvolvimento no terceiro mundo, e militei em movimentos estudantis, antiimperialistas e de encontros judeus-árabes.

Em 1991 mudei para Jerusalém onde entrei como pesquisador no *Harry Truman Research Institute for the Advancement of Peace* na Universidade Hebraica chegando a ser Senior Research Associate (1991-2000). Trabalhei sobre a história do campo de paz israelense, e me responsabilizei por projetos de cooperação intelectual israelo-palestinos. Nos anos 1993 a 1997 trabalhei também na ONG *Israel/Palestine Center for Research and Information* (IPCRI) onde desenvolvi e orientei projetos dialógicos entre intelectuais judaicos e árabes no âmbito da educação, reflexão sobre problemas identitários, e a questão de Jerusalém. Além disto contribuí com reportagens e artigos jornalísticos às mídias holandesas.

Migrei para o Brasil em 1999 tendo me estabelecido em São Paulo. Moro aqui desde então, e tanto interesse pessoal quanto procura profissional me conduziram a expandir bastante meus horizontes intelectuais: geograficamente, de Israel/Palestina para o Oriente Médio em geral e o mundo muçulmano (inclusive a problemática das minorias muçulmanas no ocidente); cronologicamente, do século 20 para questões macrohistóricas que dizem respeito às causas da hegemonia ocidental; e tematicamente, da História para o campo das Relações Internacionais (RI), focando questões relativas à interação (choque? diálogo? coexistência?) das civilizações, inclusive a questão da “guerra contra o terror”. Em todos esses campos tenho publicações, tanto científicas quanto mais populares. Em 2000 fui professor de RI na Faculdade Santa Marcelina, em 2001 entrei no Depto de História (DH) da USP como professor visitante, e em 2002 prestei concurso para o novo bacharelado em RI na USP. Em 2003 fui efetivado. Este memorial detalha meus

compromissos acadêmicos e outros, no ensino, na pesquisa e em outras arenas. Desde 2002 até hoje (2011) combino ensino no DH e no Instituto de Relações Internacionais (IRI). No DH dei cursos de graduação sobre História da Ásia e História da Cultura, e no IRI sobre História das RI, tanto na Idade Moderna quanto na Idade Contemporânea, além de História da Globalização. Dei cursos para a pós-graduação, tanto no DH quanto num formato conjunto com o IRI, sobre os desafios do islamismo (fundamentalismo muçulmano); as relações entre o mundo muçulmano e o ocidente pós-9/11, focando reações norte-americanas; e o conflito Israel-Palestina. Completei a orientação de 4 iniciações científicas e 4 mestrados, e há em andamento uma iniciação científica, 4 mestrados e 2 doutorados. Majoritariamente as teses lidam com assuntos islâmicos e/ou do Oriente Médio. Além do ensino regular, coordeno um Grupo de Trabalho sobre Oriente Médio e Mundo Muçulmano no bojo do Laboratório de Estudos da Ásia (LEA) no DH (do qual sou um dos fundadores), e tenho participado num grande número de palestras, congressos, debates públicos e entrevistas, minicursos e outras intervenções tanto na USP quanto em outras universidades no país e no exterior. Em 2008 fui professor visitante de relações internacionais no Depto. de Ciência Política na Universidade de Amsterdã.

Pesquisa sobre (1) os conflitos no Oriente Médio e o papel do islamismo; (2) os muçulmanos no ocidente; (3) as causas da hegemonia ocidental; (4) questões normativas nas relações internacionais. Entre minhas publicações mais recentes há *O mundo muçulmano* (2004; 2011, 3ª Ed.), e *Islam vs. Islamism*, além de um grande número de artigos. Em 2007 prestei concurso de livre-docência com a tese *Choque dos universalismos: Estudos sobre a interação ocidente-islã*.

## **B. DOCUMENTAÇÃO**

Estão apresentados minha educação, principais atividades, responsabilidades e produtos profissionais, em ordem cronológica por categoria. Comprovantes são referenciados por documentos numerados (“DOC...”), seguido por uma lista numérica com descrição de cada documento. Cópias dos documentos estão anexados (dos artigos jornalísticos em holandês incluí apenas uma seleção). Na maioria dos casos (em particular se tratando de publicações mais longas) apenas a primeira página consta. Todos os documentos estão comigo e sua disponibilização pode ser requerida.

## Antecedentes familiares

Nasci em 1951 em Amsterdã (Países Baixos), mas seria a-histórico começar minha autobiografia só com meu nascimento. Como a de tantos judeus europeus da minha geração, minha vida e a de meus antepassados engloba boa parte da dramática história européia do século passado. Influências multiculturais permearam minhas vivências pessoais e descrevo-as brevemente abaixo pois me parecem relevantes para o rumo de minhas escolhas intelectuais e profissionais. Tive uma vivência global antes da globalização.

Do lado paterno, descendo de judeus alemães, comunidade que desde sua emancipação jurídica no século XIX se esforçava para ser aceita pela maioria gentil.<sup>1</sup> Muitos tentaram escapar das constrictões do ritualismo judeu e optaram pela assimilação dentro da cultura majoritária, tendo inclusive meu avô casado, no Segundo *Reich*, com uma moça não judia. A tentativa de assimilação pouco adiantou. Após o desmoronamento da República de Weimar, a família sofreu com o antisemitismo atizado pelo nazismo. Sob a influência de condições a cada ano mais inviáveis, meu avô trocou a esquerda pelo sionismo, e mandou alguns dos sete filhos para a Palestina. Esta é a causa da presença em Israel da maior parte de minha família paterna, e, indiretamente, de minha própria preocupação com o bem-estar daquela sociedade.

Em 1939, meus avós Demant conseguiram escapar da Alemanha para a Holanda com seus filhos caçulas – entre eles meu futuro pai que tinha sofrido bastante com o ambiente de discriminação racial que vigorava na Alemanha nazista. No ano seguinte a Holanda foi ocupada. Embora sofressem discriminação, sobreviveram graças à raça “ariana” da minha avó. Meu pai teve participação ativa na Resistência antifascista na Holanda.

A mesma sorte não teve minha família materna, os Komkommer, judeus enraizados há pelo menos 150 anos nos Países Baixos, país quase sem anti-semitismo, e com uma tradição de acolher refugiados religiosos e políticos. A integração na sociedade anfitriã era muito marcada entre os judeus de Amsterdã, embora a memória da convivência antes do Holocausto tenha sido colorida por uma idealização injustificada que uma historiografia mais crítica já demoliu. Como consequência, os judeus holandeses estavam totalmente despreparados para a perseguição que os atingiu durante esta ocupação brutal e sem precedentes. A grande maioria da minha família materna não voltou dos campos de concentração. Porém, meus avós, que moravam na Bélgica, onde minha mãe nasceu e foi educada, conseguiram escapar em 1940 para as Índias Orientais Holandesas. Sem dúvida as narrativas do cotidiano tropical indonésio contribuíram, depois, para despertar em mim um interesse pelas culturas e sociedades asiáticas. No imediato, porém, meus familiares viveram anos duros. A ocupação japonesa de Java em 1942 condenou a população branca holandesa a trabalhos forçados e a uma sobrevivência precária nos campos de internamento japoneses. A derrota nipônica em 1945 coincidiu com o começo da guerra de independência indonésia. Meus avós e minha mãe foram repatriados para a Holanda em 1947, quando então souberam que toda sua família desaparecera. Meus pais

<sup>1</sup> Algo sobre judeus alemães cf. meu artigo em *História da Cidadania* DOC 143

eram então jovens sobreviventes da maior catástrofe do século quando se conheceram na Amsterdã empobrecida do imediato pós-guerra

## **Bélgica**

Em 1952, após uma breve estada nos EUA, fomos para a Bélgica, onde meus pais se estabeleceram e onde cresci dentro das expectativas e do padrão de vida da classe média que eles conseguiram alcançar. Vivi em Antuérpia até os 18 anos: período formativo que sem dúvida marcou não só meu caráter como também muitas das preferências e temas que iriam determinar meu caminho. Ali fui para a escola primária e secundária. Na época da minha infância, as tensões entre Belgas e Holandeses, embora estivessem há muito superadas no nível político (ambos entraram no Benelux após a Segunda Guerra), ainda se expressavam amplamente no nível social.

No colegial de Berchem, na Grande Antuérpia (então considerado como um dos dois melhores do país), cursei entre 1963 e 1969 a seção “humaniora”, que enfatizava as línguas e letras (latim, grego, francês, inglês, alemão, além da língua materna, o holandês) mas incluía também uma boa parte de ciências. Recebi uma sólida preparação clássica com todas as vantagens de uma ampla educação liberal. Este universo protegido mas provincial, porém, foi atingido nos anos 1960 pelos ventos da grande contestação das normas do capitalismo e do patriarcado que incendiaria as universidades ocidentais na virada da década. Ainda que a escola mantivesse a neutralidade, não se pode negar a influência da “luta das escolas” na Bélgica – escolas católicas eram em geral mais conservadoras do que as ‘públicas’, como a minha, onde o clima intelectual foi marcado por um anticlericalismo e uma tendência pró-socialista. Isto ficava mais claro na disciplina então ainda virgem de ‘filosofia moral’, concebida como alternativa à formação cristã, e cujos professores tinham saído do departamento de filosofia da Universidade de Gent, estufa progressista onde pensadores como Jacques Kruithof e Jos van Ussel se tornaram os gurus da contestação de uma nova geração. Gostei muito dos cursos cheios de debates políticos de professores formados ali como Willy Winckelmans e Jos Vandenende que despertaram em mim uma curiosidade e abertura intelectual misturada a engajamento político – influências permanentes que me empurraram para o meu percurso – mas também bastante divergentes, indo de um entusiasmo juvenil pela revolução chinesa de Mao Tsé-tung até a fascinação pela cultura hindu e budista do subcontinente indiano...

Entre as pressões de um ambiente familiar protegido (mas onde a tragédia judaica não se discutia com a segunda geração) e um meio ambiente sutilmente hostil, consegui moldar minha própria vida, uns poucos amigos, muitas conversas, e acima de tudo, o mundo da imaginação e dos livros que me deram muito prazer e indicaram o caminho que seguiria. Desta fase restam muitas lembranças carinhosas.

Em 1966 visitei Israel pela primeira vez. A guerra que eclodiu no ano seguinte se tornou uma virada – tanto para mim quanto para as comunidades diaspóricas em geral. A ansiedade diante do cerco ao Estado judeu internacionalmente isolado, o

acompanhamento de sua campanha militar relâmpago, o alívio pela sua sobrevivência – impregnaram uma identificação vicária. Uma visita propagandística com um grupo de juventude *Habonim* acabou me tornando um adolescente sionista convicto. Porém, a cautela paternal desviou meu desejo de migrar para a “Terra Prometida”. Assim fui estudar na Holanda, onde acabei ficando durante 20 anos.

## Holanda

A volta ao meu país natal, a Holanda, ocorreu em 1969 e abriu a fase talvez mais importante de meu currículo intelectual pois a chegada na Holanda foi um período intensivo de adaptação não só ao estilo de vida estudantil como também a uma cultura e a valores diferentes dos da Bélgica. As duas sociedades são – apesar da proximidade geográfica e lingüística - bastante diferentes uma da outra. Por outro lado, esta experiência se constituiu numa aprendizagem ‘multiculturalista’ que comprovaria depois sua utilidade, quando de transições mais brutais – a da Holanda para Israel em 1991, e de Israel para o Brasil em 1999. Estes contrastes ainda se exacerbaram no clima de “revolução cultural” que impregnava a sociedade holandesa – tradicionalmente tão estável – nos anos 60. A contestação nesta época tanto das normas familiares quanto das estruturas políticas – onda quase universal mas que nos Países Baixos se coloriu de um anarquismo subterrâneo – entendia-se, antes de mais nada, como conflito de gerações. Neste confronto o jovem adulto que fui reivindicou seu lugar – mas não sem dificuldade.

No mesmo ano de minha chegada - 1969 - entrei para a Faculdade de Medicina da *Universiteit van Amsterdam*<sup>2</sup> onde cursei os três anos da graduação. Não era minha vocação mas sim o inconsciente percurso do filho primogênito de uma família judaica. Descobri a área de Humanas e em 1972 mudei para o curso de História. Entrei, portanto, relativamente tarde neste curso no “*Historisch Seminarium*” (Departamento de História, DH-UvA), mas, como tinha sido uma escolha muito consciente, me dediquei a ela com grande entusiasmo. Esta motivação logo se traduziu em resultados acadêmicos.<sup>3</sup> Em 1975 concluí o “*candidaats*”, a primeira fase, com língua italiana e estudos latino-americanos como *minors*.

<sup>2</sup> UvA, *Universidade de Amsterdã*, a maior e uma das mais antigas universidades dos Países Baixos.

<sup>3</sup> Como a organização do ensino acadêmico da História difere sensivelmente da brasileira, menciono aqui algumas das disciplinas cursadas. O estágio propedêutico e de candidato (B.A., graduação), que em geral tinha uma duração de 3 ou 4 anos, consistia em um *major* e dois *minors*. O *major* “História” incluía introduções a cada uma das 4 linhas: história antiga, medieval e nova (1500-presente, q.d. englobando tanto a História Moderna (*early modern*) quanto a Contemporânea no sentido brasileiro) além de história econômica e social, incluindo tanto aulas expositivas quanto trabalhos individuais e grupais; introdução à economia; introdução ao trabalho com arquivos, etc. Dos dois *minors*, um tinha que ser uma língua. O próximo estágio, o do “*doctoraal*” (M.A., pós-graduação) durava igualmente uns 3 anos, e incluía um *major*, a ser escolhido entre as 4 linhas, mais dois *minors*. A linha “História Nova” que escolhi, incluía entre outros cursos a teoria da história, a historiografia geral, a historiografia especializada, dois semestres de cursos de ‘*capita selecta*’ (seminários de pós-graduação), quatro semestres de “*doctoraal werkgroepen*” (seminários de mestrado), além de cursos de introdução à sociologia, e uma tese de mestrado. Este estudo conduz ao título de ‘*doctorandus*’ (*Drs.*), equivalente ao M.A. ou mestrado anglosaxão. Para a maioria, isto conclui os estudos. Uma minoria continua com uma tese de doutorado que, após defesa pública, confere o

Este período na minha formação profissional coincidiu com o auge do movimento estudantil. Reivindicações nossas (alunos) pressionavam por uma democratização das estruturas antiquadas, e pediam uma transformação dos estudos, até então um tanto esotéricos, no sentido de que tivessem uma maior relevância para a sociedade. Participei ativamente neste movimento no DH na UvA na união dos alunos ASVA, atividade que me outorgou muitas novas ferramentas intelectuais e sociais além do conteúdo formal dos estudos. Nesta época de leituras, debates públicos e demonstrações, o marxismo permeava a vida intelectual de grande parte dos alunos, em particular nas ciências humanas e sociais; a efervescência política me atingiu também, e por um certo tempo me senti próximo do trotskismo. A nova consciência política se traduzia em interesse pelos problemas do Terceiro Mundo, e em ativismo anticapitalista e antiimperialista. Estas influências nortearam minhas escolhas acadêmicas.

No entanto, já se colocava a questão da atuação profissional. Ainda que uma carreira como professor na escola secundária me atraía pouco, não quis descartar possibilidades. Segui o curso pedagógico (não obrigatório), e em 1975 completei o “*hospitium*” - estágio- educacional dando aulas num liceu perto de Amsterdã. No mesmo período ensinei história numa escola provincial holandesa.

Na fase do “*doctoraal*” (mestrado) optei como especialização pela História Nova. Os problemas do mundo contemporâneo e suas raízes no passado me interessavam, e me encontrei num ponto onde a iluminação providenciada pela universidade se cruzava com as determinações biográficas. Foi natural para mim estudar aquilo que tinham sido os antecedentes da minha própria existência: a história da Alemanha, o nazismo, a Segunda Guerra e a Guerra Fria, o movimento operário europeu. Logo, o judaísmo, Israel e seu conflito com o mundo árabe me encantaram: após uma fase de busca, decidi dedicar meus esforços ao estudo do passado e presente do povo judeu e do Oriente Médio.

Uma vez que não havia este curso no Departamento de História, me dirigi ao melhor especialista no assunto nos Países Baixos, Dr. Leonard C. Biegel, no Depto. De Ciência Política da UvA. Armado com a devida aprovação de meu próprio departamento, dediquei os anos de 1975-1977 a meus estudos com ele. Participei de seus seminários de mestrado sobre o Oriente Médio contemporâneo – seu enquadramento geopolítico, suas elites, seu encontro dramático com o Ocidente. Biegel, cuja especialidade era a posição das minorias no mundo árabe, era um professor sensível, que sabia transferir aos alunos seu entusiasmo para uma área que conheceu pessoalmente através de inúmeras viagens e contatos pessoais. Na verdade, boa parte dos pesquisadores holandeses sobre o Oriente Médio hoje foram seus discípulos,<sup>4</sup> e eu também tenho uma significativa dívida intelectual para com ele.

Nestes seminários me especializei, pela primeira vez de maneira acadêmica, no conflito que iria ocupar o melhor de minhas energias nas décadas seguintes: aquele que opõe

---

título de *Doctor* (Dr., Doutor) equivalente ao Ph.D. anglosaxão. Meu título foi reconhecido pela USP em 28 de novembro de 2001 (DOC 128).

<sup>4</sup> Entre muitos outros, menciono os cientistas políticos Ruud Hoff e Paul Aarts, a economista Coby van der Linde e a antropóloga Annelies Moors.

Israel a seus vizinhos, e em primeiro lugar, àquela população cujo lugar ele tomou, a palestina.

A consciência da amarga trajetória histórica dos palestinos era uma abordagem relativamente nova na vida acadêmica dos Países Baixos, quase totalmente identificados com as posições israelenses. Uma das causas deste alinhamento ‘automático’ foi o Holocausto, que tinha maciçamente vitimado a comunidade judaica holandesa.<sup>5</sup> Porém, ao invés de outras sociedades européias, que permitiram o isolamento, a deportação e assassinio de suas minorias judaicas, no seio da população holandesa não-judaica esta perda provocou depois – em particular nos setores protestante e socialista - um forte sentimento de culpa. Isso se transferiu numa simpatia profusa e até na identificação com o jovem Estado judeu, que nos 1950s e 1960s ainda se beneficiava de uma imagem de progressismo.

Verdadeiramente, sob a influência de autores como George Antonius e Maxime Rodinson (cuja obra sobre a esquerda no mundo muçulmano analisei num seminário do islamólogo Kees Wagendonk), eu, que até então me tinha identificado com as teses judaico-nacionalistas, agora me converti à interpretação anti-sionista. Junto com alguns colegas, escrevi um trabalho analisando o conflito israelo-árabe do ponto de vista materialista.

Nada mais lógico do que gravitar na direção do ativismo do *Palestina Komitee Nederland* (Comitê Holandês pró-Palestina), centro de solidariedade organizado com este povo que assim comecei a conhecer mais concretamente. Minha ascendência judaica associada à experiência direta (ainda que imatura) com a sociedade israelense foram bem vindas no círculo da inteligência pró-árabe, composta de especialistas como Rudolph Peters, Paul Aarts (ainda hoje um amigo), Bertus Hendriks e Toine van Teeffelen (todos estes mais tarde assumiram posições de destaque na vida pública holandesa). Escrevi alguns artigos sobre violações de direitos humanos cometidas pelo exército israelense para a publicação mensal do Comitê – artigos anônimos, segundo as normas que vigoravam na esquerda da época. Estas contribuições provavelmente marcaram o ponto mais extremo da minha identificação anti-sionista. Porém, nunca me identifiquei completamente com a plataforma e as teses do Comitê, que se alinhava totalmente com as posições da OLP, então radicalmente oposta a qualquer reconhecimento ou meio termo com Israel. Ao contrário da leitura palestina oficial, fui convencido, ou melhor, soube intimamente, que os Israelenses judeus, em vez de formar uma comunidade religiosa, constituíam uma nação bem-definida, e que nenhuma solução política do conflito era viável – seja um Estado bi-nacional (minha própria preferência então), seja a partilha em dois Estados independentes coexistindo um ao lado do outro - que não levasse este fato em conta. Com os companheiros do Comitê e seus hóspedes palestinos ocasionais mantinha contatos corretos e até cordiais, mas as discussões eram frequentes...

Por outro lado não pude me identificar com as posições duras que predominavam na comunidade judaica, mesmo aqueles ‘progressistas’, pró-sionistas demais e cegos aos direitos árabes. Assim se desenhou, gradativamente, meu próprio nicho político-

---

<sup>5</sup> Acima de 70 % da população judaica da Holanda foi morta pelos nazistas, percentagem extremamente elevada para a Europa ocidental ocupada, e que se compara somente com as proporções terríveis alcançadas na Polônia.



intelectual: pró-árabe, mas sintonizado demais com a experiência judaica para plenamente participar naquele lobby; judeu consciente, mas não religioso, e irreverente demais para me encaixar numa comunidade. Era uma posição pouco confortável, pela qual ao final eu pagaria o preço.

As experiências médio-orientais virtuais acumuladas nos seminários universitários e no movimento antiimperialista durante os anos 1975-1978 compunham uma ótima base à próxima fase do meu preparo profissional: uma estadia de estudos em Israel e nos territórios ocupados. Ela se realizou no ano acadêmico 1978-79, graças a uma bolsa do governo holandês. Retroativamente a considero uma virada que iria direcionar minha vida profissional e particular para novos rumos.

Neste período morei com minha primeira esposa em Jerusalém, onde aprendi o hebraico através de um curso intensivo. Durante a estadia, combinei cursos na Hebrew University of Jerusalem (HUJ, Universidade Hebraica de Jerusalém), como aluno visitante, além de contatos com e orientação pela Birzeit University, faculdade palestina localizada na Cisjordânia. Desta maneira aproveitei o melhor de ambos os lados, e aprofundei meu entendimento do hiato entre eles. Na Hebrew University cursei: história do povo judeu, judaísmo soviético, petróleo e diplomacia, arqueologia de Jerusalém; porém, minha experiência mais fecunda foi o seminário de mestrado que o Prof. Dr. Israel Gutman, do Instituto do Judaísmo Contemporâneo (e diretor do “*Yad Vashem*”, o Centro de Memorialização e Pesquisa do Holocausto) deu sobre ‘Holocausto, Sionismo e Esquerda’. Ali participei de um curso regular em hebraico, junto com outros mestrados israelenses. Fiquei impressionado tanto por seu nível acadêmico elevado quanto pela ausência de politização – contraste inegável com a atmosfera em Amsterdã, e que analisei depois num artigo em holandês para o jornal dos alunos de história *Skript* – minha primeira publicação assinada.<sup>6</sup> A abordagem ‘funcional’ dos alunos israelenses coexistia, porém, com uma forte pressão sionista que a população judaica – ainda relativamente consensual e pouco afetada pela polarização – exercia sobre o visitante judeu... Para o seminário de Gutman contribuí com um trabalho sobre o acordo de 1933-1938 dito de “*transfer*” entre o governo nazista e o movimento sionista.

Em paralelo desenvolvi certos contatos do lado palestino, onde a atmosfera era oposta – ali reinava a política, à custa do desempenho acadêmico – uma situação que moldava a educação política daquela geração palestina que dez anos mais tarde explodiria na primeira *intifada*, fato este exacerbado pela severa repressão e censura israelenses. Meu principal contato palestino foi o Prof. Salim Tamari do Depto. de Sociologia, especialista em questões rurais e sindicais (futuramente negociador palestino em questões de assentamentos, e pesquisador sobre Jerusalém). Numa orientação que procurava combinar rigor científico e estímulo amistoso, Tamari guiou meus primeiros passos na pesquisa dos efeitos da ocupação israelense sobre os territórios palestinos. Sob sua inspiração optei por um estudo da colonização israelense – área ainda pouco investigada, que pesquisei através de relatórios publicados pelo coletivo “*Israleft*” que me foram

---

<sup>6</sup> Publiquei depois (em 1982) um primeiro relatório sobre o movimento de assentamentos na Cisjordânia (DOC 21) que logo provocou uma reação crítica do lado sionista no próximo número: Thomas Simon, “Israëls nederzettingenpolitiek, 1967-1977: een reactie”. In: *Skript* (september/oktober 1982) pp. 185-193.

proporcionados por Reuven Kaminer, um veterano do movimento anti-ocupação israelense.

O ano no Oriente Médio foi uma aprendizagem que me trouxe uma valiosa lição além dos conhecimentos concretos – a da incomparável complexidade do conflito Israel-Palestina, um conflito onde, como vi e ao contrário das opiniões de segunda mão recebidas pelos *fellow-travelers* no exterior, não havia “bons” nem “maus”, nem heróis nem covardes, ou emancipadores progressistas *vs.* obscurantistas feudais, nem colonizadores mal-intencionados *vs.* indígenas inocentes. Num conflito desta amplitude, qualquer observador tem a tendência humanamente compreensível de se identificar com um lado e de rejeitar o outro; mas a realidade mais complexa, me ficou claro, é a de duas nações, ambas vítimas de derrotas históricas, que uma cadeia involuntária de eventos longínquos tinha tragicamente envolvidas num antagonismo de direito contra direito. Daí seguiu, dialeticamente, a “missão impossível” de integrar duas narrativas e duas cosmovisões que se excluem mutuamente, e, conseqüentemente, o valor paradoxal do diálogo como meio tanto de entender a subjetividade de cada uma quanto de transcender seus limites na busca de uma solução mutuamente aceitável.

Tal discernimento, impossível de alcançar sem a experiência prática, ditava uma nova postura política. Antes de descrevê-la, porém, peço atenção para o que se tornou o *pièce de résistance* da minha atuação acadêmica nos anos 1980: o doutorado.

Os materiais que tinha laboriosamente colecionado em Jerusalém constituiriam a base empírica da minha tese de mestrado sobre as políticas de ocupação israelenses na Cisjordânia e Gaza, tese que completei e defendi depois de voltar à Holanda, e que já continha o núcleo da minha tese de doutorado, muito mais elaborada.

De volta em Amsterdã também preparei os exames para ambas as optativas, língua e letras hebraicas e árabes, além de outros requisitos. Em 1981 recebi o diploma MA. Optando para uma carreira intelectual, imediatamente me preparei para a pesquisa de doutorado. Conversas com o Prof. Maarten C. Brands, de meu departamento, me convenceram que o mais interessante seria aprofundar a questão da colonização israelense dos territórios palestinos. Como quase não havia especialistas acadêmicos deste assunto na Holanda, Brands concordou em ser meu orientador pro forma, e apresentou meu projeto de pesquisa à ZWO (*Stichting voor Zuiver-Wetenschappelijk Onderzoek*, a Fundação de Amparo à Pesquisa Científica dos Países Baixos). Em paralelo, Prof. Dan Diner de Frankfurt, Alemanha, cientista político, jurista e autor de várias monografias sobre a política israelense, assumiu o papel de orientador factual.

Em 1981-82, no intervalo até o julgamento do projeto de pesquisa pela ZWO, participei como assistente de pesquisa num projeto do Prof. Fritjof Tichelman. O historiador Tichelman, grande especialista da história social e política da Indonésia, era diretor do *Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis (IISG, International Institute for Social History)*.<sup>7</sup> Tichelman estava preparando uma edição da correspondência nos anos

<sup>7</sup> O IISG é provavelmente o maior arquivo do movimento operário. Sua coleção inclui e.o. os papéis de Marx, Bakunin, e uma parte dos de Trotski, além de inúmeras outras coleções. Originalmente o arquivo da

1910-1920 de Henk Sneevliet-Maring, fundador do ISDV, a *Indische Sociaal-Democratische Vereeniging* (União Socialdemocrática das Índias Orientais Holandesas, o futuro partido comunista indonésio).<sup>8</sup> Tichelman, que conheci nos anos 1970, era pessoalmente de origem javanesa, ativista na esquerda não-stalinista, e estava em contato com os parentes de Sneevliet. Ajudei no preparo desta edição - trabalho muito interessante que também me proporcionou uma ligação intensiva com este instituto prestigioso e simpático.

## O doutorado

Minha tese de doutorado representou o primeiro desafio científico de grande envergadura, e isto por uma multiplicidade de fatores. A começar pelo tema: a política israelense de assentamentos nos territórios palestinos ocupados na época 1967-1977. Este tema (cujo núcleo - sobre as políticas de ocupação de Israel na Cisjordânia - tinha sido minha tese de mestrado) era, do ponto de vista científico, quase desconhecido quando comecei a pesquisa; do ponto de vista público, o assunto já se definia como controvertidíssimo, mas de grande relevância para um entendimento do conflito israelo-árabe, e mesmo por isso valioso enquanto objeto de estudo. Esta minha intuição original quanto à relevância do tema não se demonstrou apenas ao longo da própria pesquisa, mas tem ainda continuado a se expandir muito além de suas dimensões originais. Era, no entanto, um assunto de difícil abordagem, tanto teórica – por estar na beira entre história e ciência política – quanto praticamente: arquivos e outras fontes tradicionais para nossa disciplina histórica estavam ausentes ou então inacessíveis. Logo dei-me conta de que havia em Israel ampla discussão pública sobre seus princípios, o que deixava traços em publicações panfletistas, na mídia, etc. Por outro lado, os detalhes concretos da colonização eram considerados quase segredo de Estado.

Embora os Palestinos fossem (e continuem sendo) objetos e vítimas da expansão colonizadora de Israel para além da chamada “linha verde” (a linha de cessar-fogo de 1949 entre Israel e Transjordânia), minha pesquisa propositalmente olhou pouco para a população palestina nos territórios tendo se concentrado no lado israelense. Dois fatores simples ditaram esta preferência: por um lado, pesquisadores palestinos já haviam documentado a geografia e o impacto econômico dos assentamentos nestes territórios que eles consideravam como seus, e especialmente as conseqüências da sua implantação para a própria população palestina: não quis duplicar o que já existia (inclusive porque tais estudos, por úteis que sejam, são repetitivos e pouco auxiliam na análise); por outro lado, nem a população palestina atingida pela colonização nem os pesquisadores palestinos sabiam muito sobre a dinâmica interna israelense que estava conduzindo àquela expansão: eles eram somente seu objeto. Ora, esta dinâmica era o que me interessava,

---

democracia social alemã, a coleção achou um refúgio nos anos 1930 em Amsterdã, sobreviveu quase intacto à guerra, e se tornou lugar de peregrinação para historiadores da esquerda internacional.

<sup>8</sup> Sneevliet foi nos anos 1920 agente do Comintern na China, onde assistiu ao estabelecimento do Partido Comunista Chinês; nos anos 1930 se distanciou do stalinismo e se tornou trotskista; resistente à ocupação nazista da Holanda, esteve em 1942 entre os primeiros fuzilados pelos nazistas.

mas para penetrá-la precisei me endereçar ao lado israelense, e mais especificamente, aos dirigentes práticos e políticos dos movimentos de assentamento.

O objetivo que me coloquei foi o de analisar o significado político dos assentamentos. Essa colonização era guiada por uma visão estratégica abrangente (*'grand design'*), como pretendiam os propagandistas palestinos, ou quiçá resultava de uma série de pressões e decisões mais ou menos incidentais que pouco tinham a ver uma com a outra, como insistiam as fontes pró-israelenses? Pessoalmente tendia mais para a primeira proposta, mas minha indagação revelou outra coisa...

Foi o mesmo raciocínio que determinou o recorte cronológico. Começar em 1967 foi natural – a “Guerra dos Seis Dias” abriu a ocupação, e as primeiras pequenas colônias israelenses seguiram logo; a escolha de 1977 como data final seguia outra lógica. Naquele ano, pela primeira vez, um governo da direita sionista chegou ao poder em Israel, após ca. 40 anos de domínio da esquerda. Como a direita se identificara de antemão com a expansão territorial do Estado judeu, seu apoio ao movimento de colonização foi instantâneo e total. Como resultado, o crescimento dos assentamentos desde 1977 tem sido impressionante (de 10.000 colonos em 1977 até 200.000 hoje – fora Jerusalém Oriental, que constitui um caso à parte) mas não representa nenhum desafio teórico, por não haver diferenças essenciais mas só de grau entre os governos sucessivos da direita e os colonos. Por contraste, o aval político ao assentamento dos primeiros 10.000 colonos entre 1967 e 1977 foi muito menos óbvio, porque os governos nesta época ainda estavam sob hegemonia da esquerda que sempre preferira um Estado demograficamente judeu à expansão territorial. Portanto os líderes nestes 10 primeiros anos cruciais eram ideologicamente opostos à colonização em territórios fortemente povoados por palestinos. Porém, a “judaização” se fez! É esse paradoxo que pretendi solucionar.<sup>9</sup>

Para reconstruir e analisar o desenvolvimento do processo colonizador nos territórios, usei um tríplice método, combinando como fontes (1) a mídia israelense, uma fonte rica ainda que caótica e contraditória; (2) 80 entrevistas com quase todos os principais responsáveis: aqui também, as informações foram muitas vezes contraditórias e somente um trabalho paciente de quebra-cabeça permitiu separar os lobos dos cordeiros; (3) embora os arquivos estatais e sionistas estivessem fechados (Israel mantém a regra internacional de 30 anos), consegui colecionar inúmeros papeis dispersos do principal movimento de assentamentos, o “Bloco dos Fiéis” (*Gush Emunim*). A confrontação crítica de dados originando destas fontes diversas ao final das contas possibilitou uma reconstrução razoavelmente verosímil dos acontecimentos. Mas precisava permanentemente cuidar da fronteira entre minha empatia com o objeto de pesquisa, os colonos, e minha simpatia com suas vítimas.

---

<sup>9</sup> Além disso, o ano 1977 constituiu também uma ruptura na situação internacional de Israel, com a visita surpresa do presidente egípcio Sadat e a abertura das negociações de paz, cujo fruto foi o acordo de Camp David de 1978, que normalizou as relações bilaterais mediante a retirada israelense total da península do Sinai: a devolução do território ocupado ao Egito implicou em 1982 a destruição dos assentamentos israelenses previamente estabelecidos ali.

Nos resultados da minha pesquisa destacavam-se certas conclusões como:

- a continuidade das tradições de colonização enquanto herança histórica da esquerda sionista, e portanto, a ambivalência das lideranças trabalhistas. Isto se tornou fator de legitimação para a direita expansionista, e impediu uma resistência mais eficaz do “campo da paz” israelense à evolução ideológica das elites do movimento de assentamento, cujo *lobbying* multifrente (no partido nacional-religioso, no exército, no aparelho burocrático de colonização, etc.) e astúcia política lhes proporcionava sucessos inesperados;
- a inexistência de um plano sionista expansionista explícito e abrangente - mas em contrapartida, um crescimento quase fatal através de uma dinâmica subjacente bem definida, que reconstrui através da minha pesquisa – e que lembrava estágios anteriores de expansão sionista.<sup>10</sup>

O preparo da tese estendeu-se de 1982 até 1987. Tive sorte em receber, durante minha pesquisa, um apoio científico e prático valioso de vários lados. Prof. Dan Diner, especialista na história sionista (então na Universidade de Essen, Alemanha e Odense, Dinamarca, e hoje na Tel-Aviv University), orientou a pesquisa inteira de maneira crítica e positiva, além de disponibilizar contatos acadêmicos em Israel. Foram necessárias 7 visitas a Israel e aos territórios palestinos: estas visitas foram vitais para obter as informações cruas que depois na Holanda processei e sistematizei. Meu trabalho com as fontes em hebraico (tanto escritas quanto orais) foi facilitado pela ajuda de assistentes israelenses. A pesquisa, que durou quatro anos, inclusive viagens, e o uso de assistentes, além de várias outras despesas, foi financeiramente apoiados pela ZWO. Prof. Maarten Brands, o então diretor do DH da UvA, acompanhou meu projeto com grande empenho. Os materiais desta pesquisa estão arquivados no IISG, o *Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis*, Instituto Internacional de História Social em Amsterdã.

A defesa da tese de doutorado teve lugar em 1988 numa atmosfera de politização que englobou a comunidade judaica holandesa e seus prolongamentos no mundo acadêmico, e até na universidade pública. A causa foi a eclosão da primeira *intifada* (levante popular) palestina contra a ocupação israelense. Acima comentei a relevância da questão israelo-árabe em geral na consciência holandesa. Aquela revolta foi (ao invés da atual) relativamente pouco violenta – embora a repressão israelense fosse sangrenta – e estimulou em Israel uma conscientização fenomenal da população judaica. Movimentos de paz e de solidariedade com o povo palestino foram os primeiros beneficiários, porém, o processo teve também resultados no nível político, e viabilizou contatos entre as lideranças ‘centristas’ do partido trabalhista (até então antipalestinos) e líderes das comunidades palestinas. Mais tarde conduziu aos Acordos de Oslo, fundamento do processo de paz. Na Holanda seguimos com atenção a evolução no Oriente Médio. Como acontece freqüentemente nas diásporas, a comunidade judaica holandesa era mais extrema em suas posições sobre a “pátria-mãe” do que os próprios Israelenses (mais “católicos que o papa”). Criticar Israel publicamente era visto como deslealdade inaceitável. Muitos judeus holandeses têm laços de família com israelenses, havia bastante visitas mútuas, mas o nível de entendimento político de muitos judeus holandeses era limitado por sentimentos de culpa (por não emigrar pessoalmente para

---

<sup>10</sup> Cf. o sumário da tese, DOC 8.

Israel), e a maioria se limitava a expressões de solidariedade “automática” com qualquer que fosse a posição governamental israelense do momento.<sup>11</sup>

Nesta altura, minha tese, ainda que elaborada como um documento acadêmico, não pôde escapar a um exame que a considerou equivalente a um posicionamento político. Na época participei de uma polêmica sobre o conflito médio-oriental no semanário judaico holandês “*Nieuw Israëlitisch Weekblad*”. Ousei indicar que Israel, em seu próprio interesse, deveria abrir negociações com a OLP, representante da nação palestina. *A posteriori*, o conselho parece insípido, já que foi exatamente o que Israel fez poucos anos depois, em 1993; porém, nos anos 1980 os contatos com Palestinos eram considerados tabu e ainda não havia aquele reconhecimento que mais tarde abriria a janela para o processo de paz. Assim minhas posições foram recebidas com reações de raiva pelo lobby sionista que dominava a comunidade judaica. Como esta posição de ‘reflexo condicionado’ pró-israelense também permeava a universidade, houve uma tentativa dentro da banca de defesa por parte do Prof. Joop Ellemers (Universidade de Groningen) de estender a rejeição da minha crítica *pública* à política de Israel ao meu trabalho *científico*. Porém, nem o ataque nem a tentativa de deslegitimação deram certo, e o PhD me foi devidamente outorgado. Embora obviamente tenham sido publicadas outras análises da política de colonização israelense desde 1988, acho que meu trabalho continua sendo fundamental para entender a situação política israelense.

Meus críticos não entenderam que o livro não tinha uma postura anti-israelense. Paradoxalmente minha própria posição se movia na direção oposta da opinião pública holandesa (e europeia em geral), tornando-se mais aberta às teses israelenses quando os Palestinos finalmente obtiveram seu *breakthrough* na publicidade e diplomacia internacional. Esta virada era vinculada à recepção na Europa da guerra libanesa de 1982. Rejeitei a invasão israelense contra os Palestinos no Líbano do Sul e sua extensão para Beirute e os campos de refugiados Sabra e Chatila onde se fez um massacre. Porém, como aconteceu com outros intelectuais judaicos críticos do comportamento de Israel nos territórios ocupados, também para mim as reações internacionais, demasiadamente anti-israelenses e as vezes chegando às raias do anti-semitismo, resultaram paradoxalmente numa solidariedade mais expressa com Israel (tipo de “cheque em branco” para os judeus do mundo) e em particular com seu “campo de paz”. Foi por esta conjuntura que me comprometi mais profundamente com a causa de uma paz justa e duradoura entre Israelenses e Palestinos a ser baseada no reconhecimento mútuo, na coexistência pacífica, e na reconciliação.

O ano de 1982 e os seguintes foram daí para mim um período de intenso envolvimento político, numa tentativa de fazer progredir o contato entre os protagonistas diretos do conflito: judeus e árabes. Paralelamente com outros países ocidentais, os 1970s tardios e 1980s se caracterizaram nos Países Baixos por uma conscientização e ativismo mais

---

<sup>11</sup> O mesmo mecanismo se evidenciava em várias outras comunidades judaicas ocidentais, em particular nos EUA. Ali, como na Europa, o distanciamento crítico frente a Israel refletia não só o desapontamento com as políticas demasiadamente duras de Israel como também uma questão de idade, sendo a geração nascida durante e imediatamente após o Holocausto muito mais próxima a Israel do que a seguinte. Porém, ambos os processos levavam tempo, e no final dos 1980s ainda estavam no início.

amplo de grupos ‘ascriptivos’ que desenvolviam um ativismo separado (e às vezes, infelizmente, separatista): mulheres, homossexuais, ecologistas, e vários grupos étnicos e raciais. Neles, a ênfase nas questões pessoais-identitárias (talvez possibilitada pelo estado do bem-estar) definiu os “novos movimentos sociais” – ao invés da velha mobilização esquerdista mais inclusiva, agora denunciada como autoritária, machista, etc. A auto-organização da nova geração (pós-Guerra) judaica se inscreveu nesta lógica. Particpei desde o começo num grupo de judeus e palestinos holandeses que através do debate democrático interno e intervenções na publicidade buscava influenciar o conflito Israel-Palestina no sentido de reconhecimento e compromisso mútuo: o *Joods-Palestijnse Dialoog* (Diálogo judaico-palestino), entre cujos fundadores estive, e que continua existindo. Aliás, grupos de encontro entre judeus e árabes proliferaram simultaneamente em todos os países onde moravam diásporas destas comunidades, e o JPD se integrou numa rede internacional.

Por outro lado, participei também de um grupo mais acadêmico de pesquisadores engajados nos afazeres médio-orientais, MERA (*Middle East Research Associates*), grupo que acompanhei durante seus primeiros anos (1984-1987) até que tomasse posições radicais demais.

Nesta altura já estava intensamente envolvido num projeto mais ambicioso: o *Dynamics of Self-Determination*, uma iniciativa de alguns acadêmicos holandeses e belgas – majoritariamente não judeus - de contribuir para a reaproximação israelense-árabe através de encontros políticos na Europa. Biegel era um dos iniciadores, ao lado de Dr. Peter Idenburg, diretor do *Research Institute of Oppressed Peoples* (RIOP) na *Vrije Universiteit* (VU), a universidade calvinista de Amsterdã e do Prof. Paul de Waart, jurista da mesma instituição. A idéia matriz, a saber, que o povo palestino merecia a autodeterminação num Estado próprio, mas que o povo israelense tinha direito a viver na segurança, e que ambas as nações precisariam coexistir e cooperar, seja hoje talvez uma platitudo; na época, porém, nem a liderança palestina nem o governo israelense (cada um apoiado por seus respectivos ‘torcedores’ na arena internacional) aceitaram esta idéia. A filosofia subjacente ao projeto estava próxima da minha, e assim logo me integrei enquanto assessor e (posteriormente) membro do *Board* deste Projeto que contava – além do apoio moral de várias universidades holandesas e belgas – com a participação de políticos de destaque<sup>12</sup> e o apoio da fundação NOVIB.<sup>13</sup> Um núcleo de parceiros regionais já estava ligado: no mundo judeu e em Israel, o *International Center for Peace in the Middle East* (IPCME), lobby bastante prestigioso do ‘campo de paz’, junto com alguns intelectuais ligados à Hebrew University, tais como cientistas políticos Profs. Yaron Ezrahi e Naomi Chazan; do lado palestino, o *Arab Thought Forum* de Ibrahim Daqqaq, e líderes cisjordanianos tais como Nabil Shaath e Hanan Ashrawi.

Minha atividade no projeto DSD se tornou significativa sob mais de um ângulo. Mobilizei acadêmicos israelenses para participar nos congressos (num momento quando

<sup>12</sup> E.o. o trabalhista Max van der Stoel e o católico Norbert Schmelzer, ambos ex-ministros do exterior.

<sup>13</sup> Na Holanda, uma porção considerável da ajuda nacional ao Terceiro Mundo (que equivale a ca. de 1 % do PIB holandês) é distribuída através de algumas fundações semi-públicas que refletem as grandes divergências ideológicas do país. NOVIB, uma das mais progressistas, é vinculada à democracia social.

meus colegas palestinos no JPD fizeram, conjuntamente com a OLP, o mesmo para o lado árabe), contribui para moldar a agenda das discussões, tomei uma parte ativa na organização das reuniões, e após sua conclusão, nos relatórios. É importante destacar que nesta época a lei israelense proibia contatos com os Palestinos (‘membros de organização terrorista’), portanto, congressos acadêmicos se tornaram um canal de negociações informais e semi-clandestinas. Certos políticos e diplomatas holandeses eram movidos pela ambição de facilitar em seu país uma reconciliação histórica – do mesmo modo encoberto como aconteceu, três anos depois, na Noruega. A primeira reunião teve lugar no Palácio da Paz em Haia em 1989, com a participação de Abba Eban, ex-ministro do exterior israelense e Bassam Abu-Sharif, assessor de Arafat. Em 1990 e 1991 seguiram-se mais três congressos internacionais, dedicados respectivamente às questões econômicas, de segurança, e ideológicas. Apesar de não forçar uma mudança política dramática, o efeito cumulativo destes encontros foi notável, e contribuiu ao sucesso do Congresso de Madri que aconteceu um mês após nossa última reunião, com quase a mesma equipe.<sup>14</sup> Pessoalmente me beneficiei do DSD, não somente pelo aprofundamento de meu entendimento do Oriente Médio, pela experiência organizacional, e pela rede de contatos que teci em Israel, mas também através da minha atuação no ICPME. Junto com a senadora Hanneke Gelderblom e o prefeito de Amsterdã Ed van Thijn, estabelecemos um ramo holandês da organização-mãe israelense, que me acolheu durante minha migração.

Todas aquelas atividades se entrelaçaram (tanto cronológica quanto tematicamente) com meu trabalho no Depto. de História em Amsterdã, onde atuei como professor durante os anos 1986-1988 e 1989-1990. Durante estes anos fui responsável por três cursos de pós-graduação/mestrado, um curso de graduação, e um seminário de treinamento em métodos históricos, todos voltados a assuntos da minha especialidade, a história contemporânea do Oriente Médio e dos judeus. Além disto fui assistente num curso de graduação dado pelo Prof. Dietrich Orlow, um historiador de Boston University em *sabbatical* na Holanda, e numa variedade de tarefas menores, p.ex. as reuniões departamentais semanais.

Meu projeto de pesquisa se sobrepunha, durante parte do período, com o doutorado. Aos poucos, porém, me engajei em outras questões paralelas mas não idênticas, ao tema da tese. Verdadeiramente, em duas direções - por um lado, quis entender melhor as forças e limitações do movimento pró-paz israelense, uma área que desenvolvi mais depois de migrar para Israel, numa análise dos diálogos entre Israelenses e Palestinos. Este assunto se colocava aos antípodas do movimento de colonização, ponta de lança da direita sionista (ao menos no período pós-1967). Ainda que de acesso muito mais fácil – a esquerda israelense sendo “naturalmente” mais aberta ao mundo exterior – a história do movimento da paz não tinha sido bem estudada. Ainda na Holanda contribui com artigo no *liber amicorum* oferecido a Biegel quando de sua aposentaria, e mais tarde, em Israel com diversas outras publicações.

---

<sup>14</sup> Entre os participantes se destacaram os economistas Ephraim Kleiman (HUJ) e Hisham Awartani (an-Najah University, Nablus); os cientistas políticos Yezid Sayegh (Oxford University), Ali Jirbawi (Birzeit University), e Sami Smooha (Haifa University); o orientalista e embaixador israelense no Egito Shimon Shamir (HUJ); os historiadores Meir Pa'il e Mordecai Bar-On (Van Leer Institute); Avraham Tal, ex-diretor general do Ministério do exterior israelense; e muitos outros. *The MacArthur Foundation*, the *United States Institute of Peace* USIP, e NOVIB estiveram entre as entidades providenciando o apoio financeiro necessário.



O outro grande tema que iria ocupar minha atenção é a do radicalismo religioso. Estudando movimentos fundamentalistas no Islã contemporâneo em várias sociedades do Oriente Médio descobri paralelos surpreendentes com o pensamento do sionismo religioso radical que estava por trás da política de judaização dos territórios. Porém, a relevância do assunto vai muito além de tais comparações – a rejeição abrangente da modernidade secular e a militância (por vezes violenta) para impor uma alternativa supostamente fiel às injunções divinas, incluindo o desafio radical à ordem geopolítica dominada pelo Ocidente, se tornava cada ano mais inelutável. Entender os fatores e motivos sociais e ideológicos que estavam por trás deste movimento difuso, mas com potencial inquietante, me parecia *conditio sine qua non* para formular respostas mais eficazes - tarefa intelectual cada vez mais urgente.

## Israel

Os anos de magistério na História em Amsterdã constituíram uma aprendizagem extremamente útil – e uma experiência em geral muito agradável. Porém, minha posição – como a da maioria de meus colegas naquele momento – era precária. A expansão do ensino superior tinha inundado a Holanda com um excedente de jovens bem preparados para quem não existiam vagas suficientes. A situação era particularmente dramática nas Humanas, onde concursos eram raros e afastamentos não substituídos. Meu departamento contornava a crise através de um “rodízio” de vagas temporárias não renováveis de 2 anos para os jovens abiturientes (recém-formados) mais prometedores. Fui convocado duas vezes, no entanto, entendi que minhas chances de uma posição definitiva eram reduzidas.

Uma combinação de motivos profissionais, pessoais e políticos me levaram em 1991 a migrar para Israel, resgatando assim um antigo compromisso. Neste ponto eu já estava longe do marxismo, enfatizando agora o peso irredutível de fatores ideológicos e religiosos. Uma posição “essencialista” que posteriormente eu iria relativizar, mas que combinou bem com o desmoronamento do “socialismo realmente existente” na Europa oriental, e com a “libertação” concomitante e explosiva de identidades “atavísticas” – em nenhum lugar mais claramente do que no Oriente Médio. Chegara à convicção que na conjuntura pós-Holocausto era para um judeu tão impossível não ser sionista quanto para um árabe não ser anti-sionista. O conflito, tragicamente, era inevitável, porém, solúvel uma vez que um Estado judeu já existia e que um Estado palestino poderia se erigir ao lado dele. Acreditei poder apoiar esta luta pela paz mais efetivamente de dentro do que de fora.

Estávamos no auge da crise do Golfo, e senti que não poderia me ausentar dali no momento da ameaça a Israel pelo Iraque de Saddam Hussein. Cheguei com o último voo antes da guerra, e me tornei imediatamente “correspondente de guerra” para “*De Groene Amsterdammer*”, já há cem anos importante semanário da intelectualidade progressista holandesa. Minhas primeiras reportagens de um país em perigo de ataque químico ou nuclear foram bem recebidas, e estabeleceram uma linha de cooperação que continuaria por dez anos. Fui acreditado como correspondente para Israel e os territórios palestinos, e

contribui durante minha estada em Jerusalém com dezenas de artigos e comentários. Assim me tornei, ao lado de outras atividades, mais científicas e/ou mais políticas, um jornalista *freelance* – atuação que convidava um olhar diferente, mais concreto, visual e *verstehend*, sobre o país do que a abordagem analítica na qual tinha sido treinado.

Na mesma linha me aproximei do periódico *New Outlook*. Estabelecido em 1957 pelo filósofo judeu Martin Buber como farol de moderação e pacifismo, *New Outlook* foi até os anos 1990, quando a noção da ‘a-paz-pela-terra’ se popularizou, o principal fórum para a compreensão mútua entre judeus e Árabes. Quando cheguei em Israel, o jornal era dirigido pelos jornalistas Chaim Shur e Victor Cygielman. Tomei parte nas discussões em suas colunas. Tais experiências jornalísticas me convenceram do quanto era importante evitar uma postura “torre de marfim” num conflito tão complexo e perigoso como o nosso – apesar das dificuldades, é vital manter a comunicação com o público cujas preferências e atitudes ao final das contas decidiriam seu resultado.

### **Truman Institute (1)**

Me estabeleci em Jerusalem, cidade ímã e “microcosmo” israelense-palestino para quem se envolve no coração do conflito. Uma vez em Israel, a Universidade Hebraica (*Hebrew University of Jerusalem*, HUI) foi meu primeiro endereço, e.o. através a hospitalidade do Prof. Moshe Ma`oz, orientalista e perito de política síria. Com ele dividi uma sala no Truman até minha vinda ao Brasil. Estabelecida em 1925 por Lord Arthur Balfour, esta instituição antecedeu o Estado judeu por quase um quarto de século. É o mais antigo e prestigioso núcleo de pesquisa e ensino superior de Israel, e é internacionalmente considerado centro de excelência. Com certeza conta com uns dos melhores centros de pesquisa e de ensino superior em todo o Oriente Médio. No entanto faz parte do ‘sistema’ e é por vezes acusado de ser um tanto antiquado e prepotente. Tais críticas, porém, não valem para o *Harry S Truman Research Institute for the Advancement of Peace*, que ocupa um nicho bem especial dentro da HUI. Estabelecido em 1965 e nomeado após o presidente estadunidense que primeiro reconheceu o Estado de Israel após sua independência, o Instituto Truman foi concebido como ponta de lança para pesquisa sobre o Terceiro Mundo e o Oriente Médio em Israel, mas também como lugar de contatos entre acadêmicos israelenses e árabes que (assim se pensava) fariam progredir a integração regional do estado judeu. O Instituto Truman amplamente realizou estas esperanças, e cresceu até ser a maior concentração de conhecimentos sobre a sociedade palestina em Israel (e uma das principais sobre o Terceiro Mundo, com departamentos de pesquisa sobre a África, a América Latina, e a Ásia, além de uma das maiores coleções existentes de periódicos do, e sobre, o Terceiro Mundo). Através de sua participação em congressos internacionais, por suas visitas científicas, e pela hospedagem de pesquisadores visitantes, o instituto tem sido instrumental no desenvolvimento de contatos acadêmicos com países sem laços diplomáticos com Israel – p.ex. a China, diversos Estados na África negra, mas também, e principalmente no mundo árabe e muçulmano.

Além disso o Instituto Truman se tornou, nos anos 80 (ao lado de alguns departamentos como p.ex. Ciência Política), uma estufa de ativismo pró-paz. Sob a direção inspirada do Prof. Edy Kaufman, cientista político israelense de origem argentina e especialista no estudo dos direitos humanos, experiente em negociação informal, e um dos pioneiros do diálogo com os Palestinos, vários projetos de ‘*action research*’ foram iniciados (combinando a intervenção com o estudo de seus efeitos) nas áreas mais controvertidas entre Israel e os Palestinos. Laços sólidos foram estabelecidos com muitas das ONGs palestinas que mantinham uma presença informal em Jerusalém.<sup>15</sup> Antes da virada de 1993, tais contatos prepararam informal mas sistematicamente a construção da paz negociada entre ambas as nações; desde então e até (presumivelmente) o colapso do processo de paz em 2000, eles acompanharam e constituíram um *second track* para as negociações.

A própria localização do Truman Institute exala um certo simbolismo. Construído em pedra rosada, em contraste com o branco onipresente de Jerusalém, ele faz parte do campus do Monte Scopus, foco original da universidade, que hoje está em Jerusalém oriental entre aldeias palestinas e novos bairros exclusivamente judaicos. Do prédio a vista se prolonga por um lado além do Mar Morto às montanhas da Jordânia; do outro olha para a Cidade Antiga com seu amontoado de igrejas, mesquitas e sinagogas. Do antigo centro da sagrada cidade se vê bem a colina que parece dominá-la. Mas as aparências enganam: a cidade, transcendente e extremista, e a academia, baluarte do racionalismo ocidental desapaixonado, se viram mutuamente as costas...

Minha primeira ligação foi a cientista política e africanista Naomi Chazan, que conheci como um dos três israelenses mais envolvidos no projeto de DSD. Ela se tornou nesta época diretora acadêmica de Truman e me colocou numa posição provisória de pesquisador imigrante.<sup>16</sup> Meu projeto de pesquisa tratava da história do campo da paz israelense, que abordei através de uma metodologia que repetia a já usada na pesquisa sobre os assentamentos: entrevistas com dezenas de ativistas envolvidos e outros informantes-chave; escrutínio de traços escritos e da imprensa; e uma “observação participante” quase antropológica, desta vez muito menos penosa de que na pesquisa de doutorado, por causa da simpatia e sintonia básica entre o pesquisado e seu pesquisador. Deste modo acompanhei de perto os esforços pós-Guerra do Golfo do movimento A Paz Agora (*Peace Now*) para restabelecer os laços com as lideranças palestinas, afetadas pela identificação popular maciça dos palestinos com Saddam Hussein, o esperado libertador.<sup>17</sup> Por outro lado, consegui reconstruir mais ou menos objetivamente o caminho daqueles contatos israelo-palestinos cujo auge tinha testemunhado e

---

<sup>15</sup> Uma presença informal porque Israel, desde que tinha anexado Jerusalém Oriental, rejeita qualquer presença oficial palestina na cidade. P.ex. o *Arab Thought Forum* de Ibrahim Daqqaq; o *Arab Studies Centre* de Faisal Husseini; *PECDAR* (Palestinian Economic Council For Development & Reconstruction), sob Muhammad Shtayyeh; a *al-Quds University* liderada por Sari Nusseibeh; o *Palestinian Center for Regional Studies* (PCRS) de Munther Dajani; etc. Estabeleci laços com a maioria destas instituições.

<sup>16</sup> Posteriormente Naomi Chazan foi deputada no Knesset (parlamento israelense) para o partido Meretz (sionista de esquerda) e Moshe Ma`oz a sucedeu como diretor acadêmico.

<sup>17</sup> Entre os contatos mais valiosos estavam as Profas. Galia Golan e Janet Aviad (HUJ), e o lamentado Faisal Husseini. Cf. meu "Israeli-Palestinian dialogue: The Jewish side in the Gulf crisis and beyond". in: *Shofar - Interdisciplinary Journal of Jewish Studies* 12,2 (1994) pp. 1-35.

participado.<sup>18</sup> Porém, muito material não está publicado, porque os meios econômicos não permitiram uma continuação e finalização do trabalho. Enquanto meu hebraico não se aperfeiçoasse, não havia a possibilidade de obter uma posição mais segura como professor na Universidade e sim, somente posições *ad hoc*: assim lecionei em 1992 sobre o conflito Israel-mundo árabe para alunos anglófonos na Haifa University, e em 1993 sobre fundamentalismos no *School for Overseas Students* na Hebrew University. No mesmo período igualmente mantinha o contato com o projeto de DSD (escrevi o relatório final do projeto), várias universidades e instituições acadêmicas nos Países Baixos (que me convidaram periodicamente para palestrar sobre o Oriente Médio), e com o ICPME, até este lobby político se esvaziar em 1992/3, com a aceitação, no nível político, de suas teses.<sup>19</sup>

Paralelamente escrevi também artigos sobre o Oriente Médio numa enciclopédia etnográfica organizada pelo geógrafo o Prof. Amiran Gonen da HUIJ.

Todas estas atividades, porém, me pareciam dispersas demais. Quando em 1993 abriu-se uma posição interessante, mais prática e política do que analítica numa ONG inovadora, optei por esta possibilidade de “fazer a história” ao invés de meramente “escrevê-la”...

## IPCRI

Desde meados de 1993 até o fim de 1996 atuei no *Israel/Palestine Center for Research and Information* (IPCRI), naquele tempo a única ONG estabelecida e gerenciada de forma conjunta entre Israelenses e Palestinos com o objetivo de desenvolver modelos de coexistência pacífica entre ambas as nações. IPCRI era uma organização muito peculiar, na encruzilhada entre a pesquisa e o ativismo político. Nos anos 90 Israel estava cheio de iniciativas civis para a aproximação “povo-a-povo” (*people-to-people* - P2P) com os Palestinos, em qualquer área que se possa imaginar: direitos humanos, saúde, educação pela paz, cultura artística, e até pesquisas acadêmicas conjuntas. Porém, quase todas aquelas atividades eram iniciadas por ONGs israelenses em busca de parceiro palestino. IPCRI se destacou por ser aquela rara organização concebida desde seu início como *think tank* bi-nacional. A idéia tinha partido de um judeu americano israelizado e ativista do “campo da paz”, Gershon Baskin. Porém ele insistiu na, e conseguiu, uma participação em pé de igualdade do lado palestino: entrou enquanto co-diretor o analista político palestino Zakaria al-Qaq. A organização, situada em Jerusalém oriental, começou em 1991/92 suas atividades, que logo abraçavam boa parte da elite político-intelectual progressista palestina e israelense em mesas redondas, congressos, publicações, e intervenções públicas sobre assuntos tais como a questão de Jerusalém, o gerenciamento comum de água, problemas ambientais, e o desenvolvimento do sistema jurídico palestino. IPCRI inicialmente foi bastante desprezado e foco de desconfiança por ambos os lados – judeus o achavam um meio de propaganda palestina; árabes o consideravam uma organização ‘de fachada’ cripto-sionista. Por anos, IPCRI continuou sendo

<sup>18</sup> Cf. meu “Unofficial contacts and peacemaking: Israeli-Palestinian dialogue, 1967-1993”. in: Frederick A. Lazin and Gregory S. Mahler (Eds.), *Israel in the Nineties: Development and Conflict*. Gainesville, etc.: University Press of Florida, 1996. pp. 73-104. (DOC 34)

<sup>19</sup> Membros tais como Shulamit Aloni, Yossi Beilin e Walid Sadik se tornaram integrantes do governo Rabin.

incômodo, e tabu para muitos. As dificuldades políticas e logísticas deste tipo de atividade mereceriam uma análise mais aprofundada.<sup>20</sup> Até o lugar dos encontros era problemático – só algumas instituições católicas ou cristãs ecumênicas eram suficientemente neutras para serem aceitas por ambos os lados. Mas, exatamente, sua cor dual também possibilitava a IPCRI iniciativas que de outra forma não teriam sido possíveis, e gradativamente sua legitimidade veio crescendo. Contudo IPCRI era nesta fase ainda uma organização relativamente fraca e minúscula (posteriormente se desenvolveria de maneira impressionante, e no auge do processo de paz, que ajudamos e estimulamos, tínhamos um time de ca. 10 forças pagas, além de dezenas de especialistas voluntários). Outro “excedente ideológico”, era que através da “cara” palestina da organização, conseguimos mobilizar a participação de Palestinos que de outra forma nunca teriam participado em eventos estritamente israelenses.

O que faltava na pauta das atividades desta ONG era uma abordagem mais pró-ativa da questão ideológica. Aqui eu entrei. Graças à minha atuação anterior, já dispunha de uma farta experiência na área de facilitador de contatos acadêmicos israelo-palestinos. Agora pude usá-la “no centro das coisas”. Uma idéia chave que eu trouxe eram os “três níveis” da paz. Partindo da idéia que “a paz está além do silêncio dos canhões”, acreditei que para construir a paz entre dois povos tão conflitados entre si como os Israelenses e os Palestinos, não basta negociar acordos políticos internacionais cujos ‘*stakeholders*’ (interessados) são primariamente os estadistas envolvidos: o perigo é que uma paz assinada deste tipo permaneça somente como um acordo formal, desnudado de base social, e, portanto, vulnerável (a paz “fria” entre Israel e o Egito pode servir de exemplo). Um segundo nível, que consolidaria a paz, consiste em trocas econômicas: interesses comuns tornam a guerra mais difícil: trata-se de uma opinião clássica liberal, mas que funciona bem p.ex. na União Européia, e que norteava a maioria dos projetos de IPCRI. Porém, para ancorar a paz com maior solidez num contexto de conflito prolongado e intratável como no Oriente Médio, é preciso adicionar um terceiro nível – o da reaproximação psicológica e aceitação da identidade coletiva do Outro. Lidar com a alteridade. É só este nível mais profundo e que incorpora valores tais como entendimento recíproco, reconciliação e perdão, que permite que a paz se estabeleça no coração. Neste nível se movem os projetos que desenvolvi no contexto do IPCRI.

Assim propus logo após o início de meu trabalho no IPCRI desenvolver um departamento que lidasse especificamente com problemas culturais, educacionais, e religiosos entre os dois povos: o Programa "Caminhos para a Reconciliação" (***Pathways Into Reconciliation***, PIR) que enfatizava a reaproximação interpessoal (*people-to-people*), que dirigi.. Os três programas principais que criei para PIR foram:

- 1) *Collective Identities Roundtable / Building a Culture of Peace*. A idéia central deste programa era o diálogo entre pensadores e políticos israelenses e palestinos sobre questões de identidade grupal: unidade e diversidade dentro de cada nação, a interação e tensão entre as identificações nacional e religiosa, vitimização, etc. O formato foi uma mesa redonda mensal, geralmente com cerca de 15 participantes entre os quais se destacaram alguns dos autores, filósofos, e intelectuais sociais mais

---

<sup>20</sup> *Op.cit.* (DOC 34)

em vista de cada comunidade.<sup>21</sup> Tais encontros sem dúvida proporcionaram aos integrantes uma compreensão muito mais profunda das preocupações, ‘linhas vermelhas’ e “fronteiras internas” que restringiam a liberdade de ação política de cada um. É provável que elas também tenham contribuído para moderar suas posições, o que é uma pré-condição para o sucesso de negociações.<sup>22</sup> Numa fase ulterior expandimos o projeto, planejei-o para 3 anos e amplifiquei as atividades para incluir a produção de artigos de pesquisa e reflexão pelos participantes. Este estágio foi somente implementado após minha saída de IPCRI.

- 2) *Education for Peace for Israelis, Palestinians and Jordanians* foi um projeto de dimensões bem mais ambiciosas e práticas. Seu objetivo era influenciar as atitudes da futura geração de jovens israelenses e palestinos através de intervenções na educação escolar, introduzindo conteúdos de entendimento mútuo e de coexistência pacífica no currículo de alunos de colegiais e experimentando com contatos eletrônicos e reuniões facilitadas entre alunos. Concebi o projeto para uma duração de ao menos 3 anos. O aspecto acadêmico deste projeto foi o de medir o efeito das intervenções de cada um nas opiniões dos participantes sobre o outro. Após a etapa da conceptualização e *fundraising*, e uma vez conseguido um apoio do USAID (EUA), estabeleci um time de ca. 6 diretores/pesquisadores (liderado pelo cientista político palestino israelense Marwan Darweish). EPIPJ obteve um sucesso bastante impressionante. Cerca de 20 escolas israelenses e palestinas concordaram em participar no projeto, pacotes pedagógicos foram preparados e usados, e organizamos várias reuniões entre professores israelenses e palestinos, antes de “soltar” os novos materiais para os alunos. Entre as escolas estavam algumas das mais prestigiosas de cada comunidade; o Ministério de Educação de Israel estava diretamente envolvido, e as instituições palestinas correspondentes de modo indireto; além disso, contatos foram estabelecidos com as autoridades educacionais da Jordânia. A equipe do projeto recebeu um treinamento em métodos de resolução não-violenta de conflitos. O projeto continuou em andamento quando sai do IPCRI.
- 3) *Jerusalem/Brussels Research Project. (European Commission and Brussels Universities, Bélgica)*. A importância da ‘questão Jerusalém’ no conflito entre Israel e o mundo árabe (e, mais amplamente, muçulmano) nem precisa ser questionado. O fracasso da negociação em Camp David entre Arafat e Barak (julho 2000) foi somente a mais recente das derrotas causadas pela questão de Jerusalém como estopim. Preciso creditar ao IPCRI por ter precocemente percebido a dinamite política inerente àquela cidade, tão linda visualmente e tão inviável comunitariamente durante grande parte da sua história. Já antes de Oslo, Baskin tinha organizado mesas redondas sobre o assunto, que reuniram quase todas as personalidades mais

---

<sup>21</sup> Entre os *réguliers* das mesas redondas estavam os Profs. Manuel Hassassian (Bethlehem University), Mordechai Bar-On, Sidra DeKoven Ezrahi (HUJ), Daniel Elazar (Jerusalem Center for Public Affairs), Said Zeidani (Birzeit), e o Rabino David Rosen. Os resultados foram eventualmente publicados em: Gershon Baskin and Zakaria al Qaq (orgs.), *Creating a Culture of Peace*. Jerusalem, 1999.

<sup>22</sup> P.ex. o Prof. Sari Nusseibeh, filósofo palestino e reitor da universidade palestina de Jerusalém, a al-Quds University, considerado por algum tempo como um possível candidato à sucessão de Arafat. Nusseibeh nestes dias quase isoladamente dentro da comunidade política palestina, se arrisca a pedir uma relativização na posição palestina no que diz respeito ao direito à volta dos refugiados palestinos de 1948.

envolvidas (com exceção da direita religiosa sionista) em discussões acaloradas. Baskin dedicou seu doutorado ao assunto, e desenvolveu um modelo de solução política e convivência social que (numa multidão de propostas produzidas ao longo dos anos) se destaca por sua originalidade e bom senso. Na verdade, Jerusalém constitui tanto político quanto intelectualmente um grande desafio. A soberania sobre a parte oriental da cidade, conquistada e anexada por Israel em 1967, e contestada desde então por ambas as nações, constitui sem dúvida é a questão central. Porém, embutidas nela se encontram várias outras complexidades, tais como: o estatuto dos lugares sagrados e da Cidade Antiga (em particular o Monte do Templo/*Haram al-Sharif*, multiplamente reivindicado), e em geral o caráter “transcendente” (e daí, internacionalmente relevante) da cidade; a colonização israelense de Jerusalém oriental que, maciçamente empurrada pelo lado mais forte, tem irreversivelmente transformado a situação física e o perfil demográfico da cidade (hoje mais judeus do que árabes moram em Jerusalém oriental); e as contradições extremamente sérias que opõem grupos com identidades religiosas diferentes *dentro* de cada comunidade nacional, p.ex. judeus ortodoxos e seculares no campo israelense, e muçulmanos e cristãos no palestino.

O projeto que desenvolvi, propunha uma comparação internacional de Jerusalém com outras “cidades divididas”, com a finalidade de analisar as possibilidades de ‘importar’ modelos políticos e sociais que tenham se comprovado em outros lugares. Para lidar com a questão de Jerusalém com melhores chances de êxito do que obtido por estudiosos anteriores, tomei uma dupla decisão: a primeira, de comparar Jerusalém (que é um exemplo problemático) com uma cidade dividida de convivência relativamente bem-sucedida: a escolha caiu sobre Bruxelas; a segunda, de pesquisar Jerusalém através de pares de pesquisadores cada um responsável por uma área temática específica, e juntando em cada equipe um israelense e um palestino. Esperei assim ‘acender’ uma dinâmica que se beneficiaria das perspectivas de diferentes pesquisadores que se veriam desafiados a combinar sua sensibilidade ‘nacional’ (ou religiosa) com sua racionalidade acadêmica. É uma estratégia que as ONGs e institutos de pesquisa mais avançadas no “campo do diálogo” compartilham: aquela de privilegiar o “processo” não menos do que o “produto”.

Porque Bruxelas? Esta cidade com mais de um milhão de habitantes, representa um caso ‘positivo’: francófonos (que constituem ca. 80 % da população) e Flamengos (20%) tinham uma longa história de conflitos, onde se misturavam elementos linguísticos, identitários e sócio-econômicos, além da questão do estatuto da cidade num Estado bilíngüe, capital da Bélgica e da EU, e capital flamenga, constituindo uma “ilha” predominantemente francófona em Flandres. Ao invés da quantidade de “material combustível”, os Belgas conseguiram uma solução para a cidade dividida que respeita a identidade de cada comunidade mas mantém Bruxelas enquanto unidade funcional.

O projeto teve diversas conseqüências: por um lado, contatos foram feitos com o *Instituto de Estudos da Questão de Bruxelas na Universidade Livre de Bruxelas (VUB – Vrije Universiteit van Brussel*, a universidade flamengófona), com o qual assinamos um contrato de cooperação. Através deste instituto universitário, e em cooperação com

nossos novos parceiros (em primeiro lugar a reitora da VUB, Profa. Els Witte, e a pesquisadora Dra. Anja Detant), desenvolvemos posteriormente uma rede de pesquisa interuniversitária que englobaria pesquisadores da *ULB (Université Libre de Bruxelles)*, a universidade francófona de Bruxelas, e uma faculdade católica igualmente francófona. Em Jerusalém, formei uma equipe de ca. 15 pesquisadores israelenses e palestinos.<sup>23</sup> Pessoalmente me responsabilizei pela coordenação do trabalho do time hierosolimita, do contato com nossos parceiros na Bélgica, além de também implementar uma parte da própria pesquisa, comparando a história das relações intercomunitárias de ambas as cidades. Desenvolvemos conjuntamente um programa de pesquisa, cujo eixo central era uma linha de investigações históricas e sociais sobre os aspectos históricos, jurídicos, políticos, e culturais da coexistência, seus desafios e (onde relevante) sua solução: pesquisadores na Bélgica estudariam a situação bruxelense, pesquisadores em Israel e nos territórios palestinos, a hierosolimita.

Para mim, a experiência foi muito valiosa. Nunca antes tinha coordenado um grupo deste tamanho e diversidade durante um período tão extenso. Preparei uma extensa bibliografia sobre a questão de Jerusalém, pesquisei de maneira comparativa a história de seus problemas da coexistência, estimulei e acompanhei o progresso dos subprojetos de cada par de investigadores, e ao final recebi e editei os artigos, e organizei o congresso final na VUB em dezembro 1996, onde a maioria dos pesquisadores apresentou os resultados. A União Européia financiou o projeto inteiro, que durou um ano e foi coroado por este Congresso internacional em Bruxelas, igualmente organizado (tanto científica quanto praticamente) por mim, e contando ainda com a participação de ca. 30 pesquisadores, além dos responsáveis de IPCRI, a reitoria da VUB, e um representante da UE.<sup>24</sup> Alias foi interessante para mim “voltar” à Bélgica, desta vez como pesquisador. Quase trinta após deixá-la, o país tinha obviamente sofrido profundas mudanças (neste caso, ainda mais do que em outros países, por causa da federalização): apesar disto, acho que ainda dispunha de uma sensibilidade à realidade flamenga que beneficiou o projeto.

Entre os resultados destacamos brevemente os contrastes seguintes:

O “modelo de Bruxelas”:

- funcionava através de uma integração de unificação funcional e autonomia cultural das comunidades, não replicável em Jerusalém enquanto o problema central da soberania não fosse resolvido;
- dependia de um ajuste de mecanismos “consociacionais” de *powersharing* que respeitam ao máximo a autodeterminação e poupam as sensibilidades das comunidades; enquanto Jerusalém se caracteriza pelo controle mono-comunal do poder;
- é condicionado pela existência de uma cultura política que valoriza arranjos não-violentos – Jerusalém tem tradições opostas;

<sup>23</sup> Entre os mais famosos: os urbanistas Profs. Shlomo Hasson e Michael Romann, o antropólogo Ali Qleibo, o jornalista Daoud Kuttub, e o sociólogo Prof. Bernard Sabella.

<sup>24</sup> Os resultados foram publicados em Anja Detant (ed.), *Brussels-Jerusalem: Conflict Management and Conflict Resolution in Divided Cities. A Comparative Research Project*. Brussel: Centre for the Interdisciplinary Study of Brussels (VUB) / IPCRI, 1997. DOC 20.



- providencia amplas oportunidades para a socialização informal conjunta e contém “zonas cinzentas” – ao invés da segregação de Jerusalém;
- integra e beneficia da presença de grupos estrangeiros e cosmopolitas – uma “globalização” quase ausente em Jerusalém.

Tudo isto sugeria que qualquer aplicabilidade do modelo bruxelense para Jerusalém seria condicionado no progresso político.

Além destes projetos com elemento de pesquisa explícita, que acompanhei desde o estágio da conceptualização e *fundraising* e até o relatório final, participei no IPCRI em outras atividades, onde só menciono alguns destaques:

- Evidentemente não deixei de seguir o assunto controvertido da minha pesquisa de doutorado, que tomava um lugar cada vez mais central na interface Israel-Palestina: o fundamentalismo judaico e a colonização. Co-organizei e colaborei cientificamente nos seminários internacionais de IPCRI que versaram sobre os assentamentos israelenses, no Egito e na Inglaterra, com participação de dezenas de especialistas árabes, israelenses e externos.<sup>25</sup> Foi para mim a ocasião de desenvolver soluções sobre o problema dos assentamentos, p.ex. a idéia da troca territorial.
- Visita a Amã (Jordânia) em 1994, numa tentativa de explorar cooperação econômica com Israel enquanto instrumento de aproximação.
- Colaboração com o Dr. Adel Yahya do *Palestinian Association for Cultural Exchange* em Ramallah, historiador envolvido, juntamente conosco, numa pesquisa de história oral dos refugiados palestinos. Posteriormente, em 1998-1999, desenvolvi com ele um projeto implementando (e estudando os efeitos de) visitas guiadas (“Turismo da Paz”) que visava desenvolver o conhecimento de cada grupo sobre as atitudes humanas e políticas do Outro - o “inimigo”.

Minhas atividades com o Truman Institute e com IPCRI, permitiram construir uma rede de contatos com grande parte das instituições acadêmicas e ONGs envolvidas no processo de paz – tanto do lado israelense<sup>26</sup> quanto do palestino.<sup>27</sup>

Tinha conseguido aos poucos adaptar-me à vida em Israel, ou mais corretamente, em Jerusalém, cidade cujas duras contradições não agradam nem à maioria dos próprios israelenses. Posso afirmar que, embora contribuisse com meus modestos esforços na luta esboçada acima, após o breve momento de euforia de Oslo (1993-1995), vi a cada ano a

<sup>25</sup> Entre os nomes mais relevantes citaria: Khalil Tufakji do departamento topográfico do Orient House, a ‘prefeitura’ palestina não-oficial de Jerusalem Oriental; o geógrafo holandês Jan de Jong; Riad Malki, representante informal da Frente Popular pela Libertação da Palestina (FPLP) nos territórios palestinos; Yitzhak Frankenthal e Yossi Alpher, autores de duas propostas de partilha territorial influenciadas; e o xeque Jameel Hammami, vinculado ao movimento islamista. Os resultados se encontram em: Gershon Baskin and Zakaria al Qaq (orgs.), *The Future of the Israeli Settlements in Final Status Negotiation*. Jerusalem, 1997.

<sup>26</sup> P.ex. o *Van Leer Institute*, “lar familiar” da elite de A Paz Agora (*Peace Now*), e de pensadores tais como Azmi Bishara e Alouph Hareven; o *Jerusalem Institute for Israel Affairs*, com Shlomo Hasson e Menachem Klein; o *Israel Democracy Institute* de Yaron Ezrahi; etc.

<sup>27</sup> P.ex. PASSIA, *Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs*, de Mahdi Abdul Hadi, e as universidades palestinas em Nablus (an-Najah), Birzeit e Belém.

conjuntura política se deteriorar tanto entre israelenses e palestinos quanto dentro da própria comunidade judaica. Inevitavelmente, tal declínio começaria, mais cedo ou mais tarde, a influenciar a qualidade da convivência social dentro da própria sociedade israelense. Nesta sociedade, onde uma pré-história de perseguições e seu cotidiano de guerra interminável já tinham marcado de nervosismo, a montanha russa em que se depositavam as esperanças e desapontamentos no relacionamento com a mundo árabe, vacilando entre os cautelosos sinais de aceitação e a incidência de terror cego, iria, num dado momento, quebrar um certo equilíbrio interno, frágil de antemão. Vi se desgastando a tolerância e o sentimento da sorte compartilhada entre judeus religiosos e seculares, entre ricos e pobres, entre os de origem européia e os orientais. Acima de tudo pairava o debate áspero e existencial sobre valores fundamentais, que se traduzia concretamente na luta pelo futuro dos territórios palestinos: será que a paz é desejável o suficiente para pagá-la com a retirada, ou estas terras eram sagradas demais para abandoná-las? E, no primeiro caso, o parceiro palestino seria confiável o bastante para “recompensar” a devolução de território com um comportamento pacífico frente ao vizinho judeu? Estas questões ‘de vida ou morte’, estavam ainda abertas, e provocavam um vai e vem nas políticas israelenses. As documentei e expliquei em inúmeros artigos, tanto jornalísticos quanto mais acadêmicos, em entrevistas pela mídia européia, em palestras para as platéias mais variadas de visitantes, estudiosos, peregrinos, *fact finding missions* americanos, alemães, etc., e em discussões com jornalistas, diplomatas, cônsules, e clérigos, além de foruns fechados com *decisionmakers*.

Como aprendi durante visitas e discussões em Jerusalém oriental, na Cisjordânia e Gaza, a instabilidade e ressonância limitada do processo de paz no lado israelense não deixava de ter conseqüências nefastas dentro da sociedade palestina. Assim se desenrolou um círculo vicioso de expropriações e assentamentos israelenses, atos de terrorismo palestino contra civis israelenses, seguidos de fechamentos, demolições e outras represálias israelenses contra civis palestinos. Aqui vi um mecanismo que se alimentava da própria violência, até que a raiva recíproca devorou as entranhas deste processo de paz, cuja essência se definia na construção da confiança mútua, e só sobrava seu esqueleto externo, formal, e vazio de conteúdo. Passo a passo, as alas extremistas conseguiram seqüestrar politicamente porções cada vez maiores de populações famintas por paz. Tanto na população israelense quanto na palestina, os “*peaceniks*” foram, ao final das contas, incapazes de frear essa triste evolução, que testemunhei inclusive de um posto de observação privilegiado: minha casa, localizada no exato ponto de encontro e de confronto entre Jerusalém ocidental e oriental.

Em 1997, pouco tempo após ter terminado o projeto Jerusalém-Bruxelas, sai de IPCRI. Aprendi muito, e fico feliz de ter podido contribuir com projetos práticos e de pesquisa que acreditava (e ainda acredito) serem úteis para a reaproximação entre Israel e os Palestinos. Porém, me senti incomodado com o caminho cada vez mais comercial e mais voltado ao lucro pessoal de certos responsáveis por esta ONG, que oficialmente continuava se apresentando como “de utilidade pública” e portanto, sem fins lucrativos. Aproveitei uma reorganização interna de IPCRI para me afastar.

## Truman Institute (2)

Nessa altura Profs. Edy Kaufman e Moshe Ma`oz, os diretores de Truman me convidaram para retomar minhas atividades na Universidade Hebraica como *Senior Research Associate* e Coordenador de projetos acadêmicos. Foi neste contexto que continuei minha atuação, combinando pesquisa e projetos, do início de 1997 até minha partida para o Brasil no final de 1999.

Os principais projetos foram CHAJ, HEAL, e um projeto de assentamentos:

- 1) **CHAJ - *Common Heritage of Arabs and Jews*** (“a herança comum de Árabes e judeus”)<sup>28</sup>

Isto foi um de meus projetos mais significativos e difíceis. A noção de desenvolver conjuntamente dentro de um grupo de acadêmicos israelenses e palestinos um curso comum para alunos israelenses e palestinos, que destacaria o patrimônio positivo dos contatos e interações judaico-árabes na história, para assim conscientizar a futura elite intelectual do que nos une, ao invés de sempre focar sobre o que nos separa, era a criação espiritual de Shukri Abed, integrante do Truman, árabe de cidadania israelense (hoje na Maryland University). Partindo desta idéia admirável, desenvolvi uma estratégia de pesquisa, organização e ensino. Uma vez detalhado em seus componentes e concebido um ‘mapa do percurso’, foi relativamente fácil contatar e entusiasmar colegas israelenses da HUU. Quando alguns apoios financeiros prometidos por comunidades judaicas dos EUA se materializaram, pudemos iniciar o projeto. Os problemas, porém, estavam do lado palestino. CHAJ iniciou suas atividades em 1998, num período em que, devido às políticas do governo israelense direitista, o processo de paz estava desgastado. A frustração já tinha alcançado um alto patamar dentro da comunidade palestina. Isto se refletia p.ex. na radicalização estudantil – a camada mais radical na sociedade palestina. Portanto, foi complicado levar o projeto adiante. Achemos um parceiro de peso na *Al-Quds University*, cujo diretor Sari Nusseibeh se entusiasmou bastante para o projeto e apontou o teólogo Mustafa Abu Sway para ser o co-diretor palestino do projeto. Juntos montamos um roteiro de encontros acadêmicos entre pesquisadoras da HUU e de al-Quds. Os encontros, que se prolongaram nos anos de 1998 e 1999, contaram com a participação de 10-20 especialistas israelenses e palestinos, entre eles o orientalista Prof. Amnon Cohen, nosso novo diretor acadêmico do Truman Institute e entusiasmado pelo projeto. Os contatos judeu-árabes foram discutidos do ponto de vista da arqueologia, história social, história das religiões, história da arte, etc. Estes debates foram concebidos como ‘fabrica’ para parte da ‘matéria prima’ de um curso de graduação, introdutório e multidisciplinar, a ser ensinado paralelamente a alunos israelenses e palestinos. O envolvimento foi positivo, e incluiu até visitas em comum a sítios arqueológicos. Preparamos também um curso de extensão através do *Martin Buber Institute for Adult Learning* (HUU). CHAJ previa ulteriormente seminários de pós-graduação e pesquisas conjuntos. Estes estágios estavam em preparo quando fui avisado de ameaças proferidas aos participantes palestinos por alunos de al-Quds, o que acabou postergando a

<sup>28</sup> Chaj (Hayy) também significa “vivo” em hebraico.

implementação do projeto. Como isto aconteceu na época de minha ida para o Brasil, passei a responsabilidade do projeto ao Prof. Moshe Ma`oz. (o projeto continua de forma discreta dentro das complicadas circunstâncias atuais). CHAJ se encaixou num programa do Truman Institute mais amplo, o “*Peace Education Forum*”, coordenado por Kaufman e do qual também participei por algum tempo.<sup>29</sup>

## 2) Projeto de assentamentos

Em 1999 completei, sob os auspícios do Truman Institute o texto de um estudo atualizado da política israelense de assentamentos nos territórios palestinos. Este texto analisou as mudanças introduzidas desde o mandato do governo de Netanyahu, direitista e comprometido com o ideal de ‘judaizar’ a Grande Israel inteiramente (1996-1999). A pesquisa fez parte do projeto *The Future of Israeli Settlements in Palestinian territories* (O futuro dos assentamentos israelenses nos territórios Palestinos, 1997-1998). Sabendo que os assentamentos constituiriam uma questão controvertida em cada negociação israelo-palestinense, e que qualquer solução implicaria provavelmente na contínua presença de ao menos uma parte dos colonos em território reivindicado pelos Palestinos, propus organizar um fórum onde representantes destas duas populações hostis pudessem discretamente se encontrar e trocar idéias. Devo destacar que se trata de dois grupos que radicalmente negam a legitimidade do outro. Implementei este projeto (financiado pela Fundação Konrad Adenauer) com Munther Dajani, diretor do PCRS- *Palestinian Center for Regional Studies* em Ramallah como parceiro palestino, e do lado israelense com um pequeno número de colonos individuais que consegui mobilizar. Em nossas reuniões, vários modelos de solução e gerenciamento de conflito foram discutidos, mas as pressupostos ideológicos eram distantes demais para permitir uma autêntica reaproximação.

## 3) HEAL *Healing Early Action Link* foi o último projeto conjunto israelense-palestino.

Um trabalho de equipe dedicado a aliviar o sofrimento humano causado pela violência política decorrente do conflito Israel-Palestina, foi idealizado por Prof. Kaufman e implementado em conjunto com Zoughbi Zoughbi, o diretor de *Wi'am, Palestinian Conflict Resolution Center* em Belém (Bethlehem) de 1997-1999. Durante minha atuação como diretor do projeto, nossas atividades se endereçaram a profissionais palestinos e israelenses de saúde mental, psicólogos, direitos humanos, etc., e pretendiam estabelecer uma rede de pequenos times para fazer intervenções bi-nacionais, visitas a sobreviventes e familiares em casos de terrorismo, além de preparar projetos de mais longo alcance para lutar contra estereótipos e estimular um processo de entendimento e reconciliação (lugares e tempos de comemoração em comum).<sup>30</sup> Este projeto funcionou durante dois anos com o apoio financeiro do P2P norueguês. A rede de contatos transnacionais e a

<sup>29</sup> Contou com a colaboração de educadores peritos tais como Ruth Firer (HUJ) e Sami Awad (Bethlehem University). Outro projeto vinculado ao PEF no qual participei foi “*Images of the Other: the portrayal of Islam & Muslims and of Arab Christianity & Christians in Israeli education*”, coordenado pelo pastor Jacobus Schoneveld do *World Council of Churches*, que organizou em Tantur o Forum of Jewish and Palestinian Educators.

<sup>30</sup> Entre os integrantes se destacaram Dr. Ronny Berger da Tel-Aviv University, Lucy Nusseibeh, e os especialistas em saúde mental Eyyad Sarraj e Fathi Subh de Gaza.

acumulação de *skills* constituem em potencial um recurso importante para o processo de reconciliação, porém, a situação psicológica subjacente, antes mesmo da segunda intifada (de 2000), vinha tornando sua aplicação meio forçada.

Para completar este sobrevôo, menciono que, mais convencido do que nunca da centralidade do trabalho ideológico, me envolvi nos últimos anos de minha estadia em Jerusalém também em projetos culturais sem pretensão científica. Na verdade uma cadeia de incidentes me tinha mostrado como a consciência política – provavelmente o recurso humano mais crítico para solucionar ou ao menos mitigar o conflito inteiro – se transforma primariamente sob o impacto de experiências. Para facilitar a transição do “inimigo” absoluto em “adversário” relativo, aprendi, poucas experiências praticas tem tanto poder quanto o encontro dialógico. Isso resume, em poucas palavras, o conceito crucial da ‘*cultura da paz*’ (adotado pela UNESCO, e que depois propus ao IEA da USP). Foi a perspectiva que me empurrou a juntar os esforços de PACE, (dir.: Dr. Adel Yahya) dedicado a esta aproximação, com os de algumas ONGs israelenses com valores semelhantes, p.ex. “*Children of Abraham*” de Amir Tadmor e *Sovlanut* (‘Tolerância’) de Dvora Levin. Isto resultou em 1997-1999, em alguns seminários de debates, exercícios em comum, e visitas mútuas, com professores palestinos e israelenses do ensino secundário, muito bem-sucedidas em Tel-Aviv e Jericó, experiências que focalizaram a temática da educação pela paz.

Retroativamente, e à sombra dos confrontos sangrentos que predominam no Oriente Médio desde 2000, tais memórias despertam em mim uma certa nostalgia. Para quem (como eu) buscou combinar o engajamento do ativista político com a reflexão do historiador, a questão do determinismo se coloca sempre de novo. Qual foi o resultado global de todos estes nossos esforços? O fracasso do processo de paz era inevitável, e, se assim, estava condenada *a priori* toda a atividade dialógica? Ou será que a quebra na comunicação entre os inimigos teria sido ainda mais profunda sem aqueles contatos? Em qual momento se fechou definitivamente a janela de oportunidade, e por quem? Perguntas sem resposta por enquanto, e que só podemos enfrentar lembrando-nos do adágio de Gramsci que contrastava o “pessimismo da razão” com o “otimismo da vontade”...<sup>31</sup>

Concluo que os contatos foram sempre mais complicados no lado palestino, mais cauteloso, menos livre na sua diversidade de opiniões, e mais reticente frente à impetuosidade de uma esquerda israelense que nunca teve a força de frear a ‘anexação rastejante’ de seu governo, mas que, ao mesmo tempo, sempre possuía as desculpas certas. Um campo de paz israelense, porém, que apesar de suas fraquezas óbvias, sabia indicar o único caminho que permitiria às duas nações escapar da armadilha na qual a história as colocara...

---

<sup>31</sup> A história dos diálogos, e seu prolongamento na negociação oficial, inscrever-se-á um dia na trilha das “oportunidades perdidas” no conflito sionista-árabe. E talvez seria então objeto de revisões por historiógrafos mais desapaixonados, de mesmo modo como os “novos historiadores” Simha Flapan, Tom Segev, Benny Morris, Avi Shlaim, e Ilan Pappé – conheci os três últimos de quem me senti intelectualmente bastante perto – conseguiram durante os anos 1990 redirecionar a leitura recebida dos estágios formativos do conflito antes dos 1950.

Apesar de ter mantido um prognóstico otimista da situação até num momento bem avançado,<sup>32</sup> ficou claro desde a ascensão do governo Netanyahu - da direita expansionista - em 1996 que o processo de paz corria grave perigo. Quando os trabalhistas voltaram com Barak em 1999, as feridas provavelmente já eram letais.

1997 e 1998 foram para mim anos de experimentação e de reflexão intensiva, tanto no nível profissional quanto pessoal. Aos poucos me dei conta de que os projetos – por positivos que fossem – e minhas atividades políticas não haviam dado os frutos que eu esperara. Mesmo o diálogo se torna cansativo se ele repete as mesmas fórmulas e queixas, o que acontecia mais e mais freqüentemente. Será que a exaustão da criatividade dos ‘profissionais da paz’ israelenses e palestinos, implicados em recriminações mútuas, foi o que outorgou uma chance aos *ultras* em ambos os campos? Me questionei do porque nossos movimentos, nossos diálogos, que tinham se iniciado com tantas esperanças, não conseguiram superar suas limitações (p.ex. no congresso sobre “a crítica acadêmica ao processo de paz” no Sinai em 1997, para o qual o Truman Institute me convidou). Mas também percebi que o preço intelectual desta imersão no mundo das ONGs começava a ser elevado demais. Decidi que dedicara o meu quinhão à luta prática, e que através de um novo mergulho no universo da ciência, contribuiria mais, e melhor – e talvez não só para o “meu” conflito, mas para além dele e de seus confins claustrofóbicos. Me pareceu o momento certo para ampliar o horizonte.

Apreendi que na vida nada acontece por acaso. Em 1999 decidimos mudar para a pátria de minha segunda esposa, que eu logo adotei como minha, e que me adotou com carinho recíproco.

## **Brasil**

Como o estágio mais recente de meu percurso profissional e intelectual ainda é uma sinfonia inacabada, limitar-me-ei a esboçar as linhas matrizes dele. Termino este relatório autobiográfico com algumas conclusões sobre meu percurso até agora e algumas observações para esclarecer como vejo minha agenda de pesquisa futura.

Como este texto analisa meu percurso intelectual, espero que me sejam permitidas lançar algumas observações sobre este, o quarto país consecutivo que se tornou minha base pessoal e profissional. Isto porque minhas percepções de meu novo ambiente, minhas reações a e interações com ele, influenciaram minha evolução acadêmica e intelectual. Logo após chegar ao Brasil comecei a perceber as especificidades do país e sociedade, tão diferente de outros que conheci no Velho Mundo. A primeira coisa que sem dúvida se destaca ao olhar do recém-chegado visitante ou imigrante é o incomparável tamanho e beleza natural da sua geografia e o caráter aberto e acolhedor da sociedade. Em muitos aspectos (e ao invés de sua rica mas traumática história de 500 anos, como aprendi depois) o Brasil se apresenta como menos “acabado” do que as sociedades européias e mais como um “trabalho em andamento”. Vi isto ainda mais claramente quando tive a oportunidade de ver algo do *frontier* no interior, p.ex. em Acre e Mato Grosso; mas esta

<sup>32</sup> Cf. meu artigo em *Política Externa* de 1999. DOC 27.

característica está também presente nas zonas litorâneas e assentadas há tempos. Como “país de possibilidades ilimitadas” o Brasil proporciona ao recém-chegado mais oportunidades, mas também pede um maior esforço de improvisação e de paciência.

A segunda marca que sem dúvida se imprime na mente do observador é a incrível variedade racial, étnica, religiosa e social, que se vincula menos às divisões geográficas do que na Europa, constituindo mosaicos e misturas humanas espalhados ao redor do imenso país. O que é realmente especial é a aparentemente boa convivência entre grupos tão diversos. A ausência de discriminação e de tensão aberta, é claro, não implica na inexistência de profundos antagonismos. Contudo, a coexistência entre etnias e religiões, muito saliente e inegável numa metrópole internacional como São Paulo (onde nos estabelecemos), composta por sucessivas ondas de imigrantes das mais variadas ascendências, contrasta favoravelmente com o sectarismo e as identidades coletivas fragmentadas tão gritantes no Oriente Médio, mas também a cada ano mais na Europa e nos EUA. Aprendi que esta convivência com o Outro se baseia no Brasil numa integração e internalização de certos valores compartilhados, provavelmente mais do que em outras sociedades de migrantes; mas quaisquer que sejam as causas, a consequência, qual seja a situação de tolerância étnico-religiosa, é sem dúvida mais positiva aqui do que em outras sociedades que conheço: o “modelo brasileiro” seria um produto de exportação potencialmente mais importante do que suas matérias primas, ou os esportes e o carnaval que fazem com que o Brasil tenha internacionalmente uma marca menos séria e que fique menos conhecido no exterior do que merece.

Em terceiro lugar, o estrangeiro eventualmente tem que se defrontar com o revés da medalha, que consiste nos imensos contrastes sociais (o racismo escondido criticado pelos seguidores do movimento da consciência negra, me parece antes um reflexo das contradições entre pobres e ricos do que sua causa), a negligência e deterioração ambiental, talvez consequência da fraqueza generalizada do Estado brasileiro. É uma fraqueza que também se manifesta numa demasiada burocratização e que parece se nutrir dos resquícios de um passado patriarcal, autoritário e destituído de tradições democráticas.

Era, portanto, um quadro bastante contraditório que se apresentou a mim quando cheguei aqui em **1999**, e no qual mergulhei. Antes de re-entrar na vida acadêmica, ensinei durante alguns meses inglês (quase uma segunda língua materna para mim) para escolas particulares. Em meados de **2000** entrei na *Faculdade Santa Marcelina* como professor de Relações Internacionais. Foi uma ótima oportunidade de retomar contato com as teorias das RI, e com a prática de ensino. Desenvolvi um novo curso que integrou algumas das minhas experiências em outros continentes. (Após minha transição pela USP a FASM pediu a continuação de algum laço. A partir de 2002 e até 2007 contribuí com uma assessoria externa irregular ao Laboratório de Análise Internacional (LAI, coordenação Prof. Thiago Rodrigues) no Bacharelado das RI na FASM).<sup>33</sup> O contato com a disciplina das RI iria se aprofundar nos próximos anos, quando me engajei nela dentro da USP.

---

<sup>33</sup> CERT, a Comissão Especial de Regimes de Trabalho da USP, permitiu que fosse dada tal assessoria que é objeto de relatórios bianuais.

## Universidade de São Paulo – Departamento de História

Formalmente minha atuação na USP começou em fevereiro de 2001 mas na realidade já havia antes alguns momentos significativos de cooperação. Na verdade, foi minha sorte que, desde minha chegada a São Paulo logo consegui entrar em contato com algumas das instituições e personalidades proeminentes nos campos mais próximos e equivalentes a meus próprios – os estudos judaicos, as relações internacionais e a história contemporânea, todos representados na USP.

Já no começo de 2000, o **Centro de Estudos Judaicos** na FFLCH me convidou a participar num curso de pós-graduação sobre a sociedade e política israelense, dada sob a responsabilidade da Profa. Marta Francisca Topel. O conteúdo naturalmente não trazia nenhuma dificuldade mas sim a obrigação de lecionar em português, língua que nunca antes tinha estudado! A experiência talvez tenha sido ainda mais árdua para meus alunos, que agüentaram a ‘tortura’ porque quiseram aprender alguma coisa sobre Israel em primeira mão.

O verdadeiro batismo de fogo, porém, foi o **seminário “*The Israeli-Palestinian conflict: Peace-building from a global perspective*”**, organizado pelos Profs. Gilberto Dupas e Tullo Vigevani da Área de Assuntos Internacionais no IEA da USP. Quando fui apresentado ao economista Dupas, ele me pediu imediatamente que planejasse uma jornada de debate sobre o conflito médio-oriental, com participação de especialistas regionais. Vigevani, cientista político e especialista em relações internacionais na UNESP e CEDEC (*Centro de Estudos de Cultura Contemporânea*), se envolveu com desempenho. Conseguimos – apesar de obstáculos políticos, logísticos e financeiros não negligenciáveis - montar o que foi provavelmente a primeira experiência do gênero no país, enriquecida pela presença de quatro palestrantes que convidei: Profs. Edy Kaufman do Truman Institute, o historiador Manuel Hassassian de Bethlehem University, o economista Ephraim Kleiman da HUIJ, e o engenheiro Riad Malki da ONG democrática *Panorama*, em Ramallah, Cisjordânia. O seminário teve lugar em abril de 2000, e foi simultaneamente meu primeiro exercício de diálogo aqui - e meu último no Oriente Médio, pois poucos meses depois eclodiu a segunda *intifada*, a revolta palestina contra a ocupação israelense que impediu de imediato diálogos públicos.... Graças à qualidade das contribuições – pois contamos também com renomados debatedores brasileiros,<sup>34</sup> o evento teve ecos que ajudaram a despertar um maior interesse acadêmico e público para o tema. Pessoalmente apresentei um novo artigo comparando as identidades coletivas dos israelenses e palestinos.

O seminário sobre Israel/Palestina foi publicado como *Israel-Palestina: A construção da paz vista de uma perspectiva global* (Gilberto Dupas e Tullo Vigevani, orgs.; São Paulo: EDUSP, 2001) Inclui também uma análise minha escrita logo após o começo do levante palestino: desenvolvi quatro cenários para o conflito – desde uma eventual retomada das negociações até a guerra regional. Não é fonte de grande orgulho ou prazer para o

<sup>34</sup> Se destacaram os Embaixadores João Vicente Pimentel e Amaury Porto de Oliveira, o cientista político e jornalista Prof. Oliveiros S. Ferreira e a historiadora Prof. Norma Breda dos Santos.



observador do Oriente Médio constatar que, anos mais tarde, suas previsões pessimistas nada perderam em relevância... Quanto a meus colegas e amigos de “ambos os lados da colina” em Israel e Palestina, eu mantive o contato ainda que alguns dos amigos e colegas palestinos estivessem por vezes com tanques israelenses estacionados em frente às suas casas!

Em seguida houve convite do **GACINT**, Grupo de Análise de Conjuntura Internacional, grupo que, sob a então inspirada liderança de Gilberto Dupas, congrega algumas das boas cabeças do Brasil. No Gacint me tornei responsável pela área do Oriente Médio no final de 2000 e, durante a existência da revista *Panorama da Conjuntura Internacional*, escrevia regularmente comentários políticos em suas edições.

A reentrada na academia aconteceu em 2001, quando fui convidado como **professor visitante no Departamento de História (DH)** da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais (FFLCH), inicialmente pelas mãos da então chefe do Depto, Profa. Laura de Melo e Souza e da sua sucessora, Prof Zilda Gricoli Iokoi. Embora se iniciasse de forma modesta, o vínculo com a USP nos próximos anos evoluiu para uma oportunidade decisiva e transformadora em pelo menos três dimensões: ele me proporcionou a oportunidade de aprofundar e disseminar meu conhecimento sobre o Oriente Médio e o mundo muçulmano; me forçou a repensar meus engajamentos políticos e filosóficos; e me conduziu a desenvolver meus esforços no campo mais amplo das Relações Internacionais – um campo muito rico como disciplina teórica, mas extremamente desafiador enquanto prática da coexistência entre sociedades humanas presas em crises que se exacerbam cada vez mais. Em seguida detalho minhas atividades nos campos da pesquisa, do ensino, e demais intervenções, desde minha entrada na vida acadêmica no Brasil.

## **Desenvolvimento de uma agenda de pesquisa: a relação islã-ocidente**

Os temas da complexa convivência e moralidade internacionais eram vetores naturais para um de meus mais recentes campos de interesse, o dos valores internacionais, condição para a coexistência pacífica de sociedades e civilizações. Antes de chegar a este ponto, é preciso, porém, detalhar outras atividades e pesquisas. Nos últimos anos estas diziam respeito, em primeiro lugar, ao Oriente Médio e ao islã, com os quais já tivera bastante contato, e que se tornaram minha principal área de interesse. Isto se deu por dois motivos – um intelectual, o outro social.

A própria lógica intelectual que no passado me levou da pesquisa do conflito israelo-árabe para uma maior atenção às raízes religiosas e ideológicas dos colonos judeus fundamentalistas nos assentamentos em territórios palestinos ocupados, e que em seguida me levou para o papel da religião não só em Israel, mas em toda aquela região, da qual o Estado judeu participa de maneira tão sofrida – foi a mesma lógica que, mais recentemente, me levou a abraçar estudos sobre a crise do islã contemporâneo. Meus primeiros estudos sobre o fundamentalismo muçulmano (mais correto: o islamismo) fiz ainda na Universidade de Amsterdã e na Universidade Hebraica de Jerusalém e em

ambas dei cursos sobre o assunto. Durante os anos de minha estada no Brasil a relevância global deste tema só cresceu ainda mais, tornando-se algo que permanece pendurado sobre nos como uma espada de Dámocles. Nada mais razoável, então, do que aprofundar as pesquisas sobre este tema, e outros com ele relacionados.

Este foi o pano de fundo que visualizei como projeto de pesquisa após ter feito, em fins de 2002, o concurso de efetivação como professor doutor na USP: uma pesquisa que procura fazer uma comparação entre as reações ao fundamentalismo muçulmano em três sociedades significativamente atingidas por ele: os EUA, Israel, e a Índia. Não por acaso, todas as três são sociedades com uma origem religiosa, mas hoje amplamente secularizadas; todas são democracias pluralistas ao mesmo tempo que centros civilizacionais; todas também têm uma minoria muçulmana pouco integrada, e todas têm seu próprio “contra-fundamentalismo” marcadamente islamóforo. A idéia geral desta comparação tríplice guiou minhas indagações por algum tempo. A parte sobre os EUA é apresentada num dos capítulos da tese de livre-docência, porém, a pesquisa sobre Israel e sobre a Índia estão provisoriamente adiadas – parcialmente porque a pesquisa sobre o islamismo e sua interação com o ocidente se tornou mais intensiva e abrangente do que inicialmente previsto – ampliando-se a uma consideração da relação ocidente-islã em geral, que chegou a definir em grande medida o conteúdo programático da tese de livre-docência – e parcialmente por motivos práticos relacionados a minhas obrigações de ensino no Brasil e à dificuldade burocrática de mobilizar os recursos para estudar os dois outros casos, o israelense e o indiano, *in situ*. Isto não implica num abandono *sine die* desta parte da minha pauta de pesquisa, mas já aponta para o lado prático das minhas escolhas.

O motivo prático e social que me empurrou para uma análise mais detalhada das questões do Oriente-Médio e do islã – dois “mundos” que aparentemente se sobrepõem mas na verdade não coincidem – era a evidente lacuna dos necessários conhecimentos aqui no Brasil; fiquei ciente disto por um pequeno “*survol*” do pouco que existia no país em termos de publicações e centros de pesquisa desta área cada vez mais crucial para a política internacional. Por outro lado, jornalistas e alunos, tanto da USP quanto de outras faculdades, logo me descobriram – graças ao prestígio da USP e do GACINT e às oportunidades a mim dadas de compartilhar idéias em palestras e publicações com diferentes públicos aqui no Brasil. Ao mesmo tempo na Europa toda a questão dos imigrantes e do islã tem se tornado um *hot issue*. Os eventos do 11-9, seguidos de atos terroristas em outros lugares, as intervenções ocidentais no Afeganistão e no Iraque, além da triste involução política do conflito Israel-Palestina, têm provocado uma quase incessante solicitação de participações em debates públicos, contribuições para a imprensa escrita e falada, publicações acadêmicas e outras... Uma antologia das contribuições mais significativas está na parte documental deste memorial.

### **Quatro perguntas que eu gostaria de responder...**

Assim levado tanto pela lógica das minhas indagações científicas anteriores quanto por minha biografia pessoal, acabei desenvolvendo, ao decorrer do mais recente decênio, uma

preocupação com a **questão abrangente da interação histórica e contemporânea entre os mundos ocidental e muçulmano**. Esta interação ocidente-islã inclui períodos de comunicação construtiva, e embora o conflito predominasse mais frequentemente, tentativas da coexistência e do diálogo das civilizações raramente faltaram, constituindo uma linha subterrânea alternativa de contatos mais positivos. Recentemente pode-se falar em realinhamentos ideológicos e políticos significativos tanto nos EUA e na Europa quanto no próprio mundo muçulmano.

O **objetivo geral** da minha pesquisa seria então: analisar e entender as **percepções, influências recíprocas, conflitos e tentativas de coexistência entre o mundo muçulmano** (em particular no Oriente Médio árabe, turco e iraniano), e as sociedades política e culturalmente mais significativas do **ocidente**.

Esse tema geral do islã e sua problemática relação com o ocidente se **subdividiu** para mim em **quatro linhas** mais concretas *viz.*:

- 1) **os conflitos no Oriente Médio e o papel do islamismo (fundamentalismo muçulmano) em seus desdobramentos**
- 2) **os muçulmanos no ocidente**
- 3) **as causas da hegemonia ocidental**
- 4) **questões normativas nas relações internacionais**

Estas quatro linhas constituem um total de questões cuja raiz comum está em meu interesse nos dilemas de coexistência entre grupos humanos culturalmente diferentes. Sua relação com o eixo central Oriente Médio/mundo muçulmano está aparente em todas as quatro, mas de forma diferenciada, sendo mais direto para (1) e mais indireta para (4).

### ➔ **Ad (1) Os conflitos no Oriente Médio e o papel do islamismo: *O Mundo Muçulmano e Islam vs. Islamism***

Entre os resultados da minha pesquisa neste tema menciono em primeiro lugar *O Mundo Muçulmano*, escrito em 2003, a pedido do Prof. Jaime Pinsky, da Editora Contexto e por ele lançado em 2004. O texto, embora não direcionado a um público especializado, é um dos primeiros do gênero sobre o assunto em português. O livro combina três temas: primeiro, uma concisa introdução ao islã e ao mundo muçulmano como religião e fenômeno civilizacional, levantando a questão do porque um declínio profundo e generalizada afeta o que outrora era uma das duas mais avançadas civilizações – tendo como expressão ou consequência mais clara a perda de poder e autodeterminação. Segundo, uma análise da atualidade que focaliza o fundamentalismo muçulmano ou islamismo, versão radical, politizada e “desculturalizada” do islã que se apresenta como a solução à crise do mundo muçulmano. A terceira parte um ensaio sobre os dilemas e soluções futuras ou potenciais da crise do mundo muçulmano e de seu confronto com o ocidente. Aqui também desenvolvo a noção de que a interação (bastante negativa) entre o ocidente e o mundo muçulmano está se tornando um problema de dimensões globais – sendo não um choque de civilizações mas de ideologias, cujo desfecho dependerá tanto das políticas ocidentais quanto de movimentos reformistas dentro do islã. O tema seria

posteriormente desenvolvido muito mais, na dissertação para a livre-docência. *O Mundo Muçulmano* não lida somente com o mundo árabe e o Oriente Médio, origem do islã, mas engloba também as comunidades em outras partes da Ásia e África (e hoje também na Europa e nas Américas).

*O Mundo Muçulmano* foi bem aceito tanto pela crítica (cf. as resenhas na documentação) quanto pelo público; reimpressões saíram em 2005, 2008. O livro continua sendo vendido, e a quarta reimpressão acaba de sair (2011). Preparei nesse meio tempo para o público internacional uma nova **versão em inglês**, totalmente reescrita e atualizada, que saiu em 2006, com orelhas de especialistas internacionais tais como o Prof. Bassam Tibi de Cornell University e Peter Bergen do *New America Foundation*, com o título *Islam vs. Islamism: The dilemma of the Muslim world* (New Haven CT etc.: Praeger Greenwood, 2006).

Essa versão americana de meu livro contém - com orgulho - um prefácio muito simpático de Asghar Ali Engineer, diretor do *Centre for the Study of Secularism and Society* em Bombaim. Engineer é um conhecido militante em prol da coexistência hindu-muçulmana, muito conturbada na Índia. (Conheci-o em 2005, quando tentei mobilizar recursos financeiros para uma pesquisa de campo da recepção do islamismo na Índia, como parte do projeto de pesquisa).

### **Outras pesquisas sob (1): a questão do choque de civilizações e outras**

Minha preocupação com o Oriente Médio e seu confronto com o ocidente, com focos tão variados quanto Palestina, Afeganistão, Paquistão, Iraque, Irã, Argélia, Turquia e Egito, além da difícil convivência entre maioria pós-cristã e minoria muçulmana na Europa, gerou como “efeito colateral” uma série de publicações menores. Destaco abaixo as mais significativas (algumas, completamente reescritas, integram a tese de livre-docência):

- re-trabalhei minha tese de doutorado sobre o processo decisório por trás da **colonização israelense** dos territórios palestinos ocupados durante a crucial primeira década da ocupação, 1967-1977, para um público brasileiro: o resultado foi publicado em duas partes pela revista de História Contemporânea *Entre Passado e Futuro*.

Em 2011 minha tese de doutorado foi totalmente escaneada para ser colocada no domínio público.

- Para a coletânea *História da cidadania*. (Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky, orgs; São Paulo: Contexto, 2003) preparei um texto sobre a questão das **minorias** em sociedades onde o conceito da cidadania historicamente conseguiu se implantar. Para ilustrar a tese de que “direitos grupais” constituem um desenvolvimento e prolongamento natural dos direitos civis, mas que eles subseqüentemente podem ameaçar a coesão de sociedades civis, comparei as trajetórias históricas de cinco minorias religiosas, lingüísticas, étnicas e raciais exemplares: os católicos na Inglaterra, os flamengos na Bélgica, os judeus na Alemanha e nos EUA e os negros nos EUA.

- uma análise das **reações nos EUA** ao desafio islamista, que subjaziam à brutal virada pós-11-9 na política externa estadunidense e cujas marcas mais originais são o neoconservadorismo e o conceito da exportação dos “valores americanos” e da democracia. Minha reflexão, que enxerga tanto as origens quanto as contradições deste

projeto político global, começou na ocasião da Aula Magna que proferi para o curso de Ciências da Religião na PUC-SP em 2004, continuou com uma análise que apresentei no congresso da ALADAAB em Brasília, e alcançou um encerramento provisório quando elaborei o tema num *paper* para o congresso da ANPOCS em Caxambu, MG (2005), posteriormente modificado para publicação na *Cena Internacional*;

- repetidamente tentei sintetizar a caótica **atualidade do Oriente Médio** numa tentativa para entender, à luz do passado, as grandes linhas de sua resistência às imposições e tentações ocidentais. Fiz isto pontualmente em intervenções no *Panorama* do GACINT, em *Inter-Relações* e em várias outras revistas, e.o. *Revista 18 de Cultura Judaica*, e oralmente em entrevistas e discussões públicas, e.o. no *Globonews Painel* de William Waack. Procurei fazê-lo de maneira um pouco mais sistematizada em alguns artigos, para *Política Externa* e *Carta Internacional* do NUPRI cujo Conselho Deliberativo integrei por algum tempo desde 2006 (reorganizei estas análises para um capítulo da tese de livre-docência); como subtema mencionaria a feroz discussão desencadeada nos EUA pelo artigo de John Mearsheimer e Stephen Walt *O Lobby de Israel*, que questiona o “relacionamento especial” entre o Estado judeu e os EUA: debato essa polemica numa extensa resenha publicado em 2006 na revista *Novos Estudos* do CEBRAP - em 2005 preparei um *paper* sobre a questão de **memória e amnésia** coletiva em sociedades traumatizadas, para um workshop em Bangladesh organizado pelo SEPHIS (ligado ao IISG em Amsterdã). Nele comparo os casos de Israel-Palestina, “gêmeos siameses” que reciprocamente se infligiram traumas lembrados com alto grau de expressividade, com o da ditadura militar no Brasil, que também deixou feridos ainda não completamente cicatrizadas, mas cuja discussão pública tem se mantido num patamar mais baixo. Minha análise lança algumas generalizações sobre as condições para chegar à conciliação com o passado, mediante um reconhecimento mútuo e uma memorialização compartilhada (finalmente não pude ir a Dhaka, mas meu texto foi mesmo assim aceito para publicação e saiu em 2007—).<sup>35</sup>

- o tema do **terrorismo** e de suas controvertidas conexões com o islamismo por um lado, e com a globalização midiática por outro, progressivamente se impôs à minha atenção. O fruto das minhas leituras e reflexões apresentei pela primeira vez durante o I Encontro Paulista “Fanatismo E Terrorismo” do Instituto de Psicologia da USP (com Profs. Miriam Debieux e Paulo Arantes) em 2005, depois na Semana das Relações Internacionais na PUC-SP (com Prof. Reginaldo Mattar Nasser), e lhe dei uma forma mais definitiva num *paper* apresentado em 2006 num congresso sobre terrorismo no IRI da PUC-Rio (publicado em 2010).

Um dos conflitos mais “perpétuos” da região, o **israelo-árabe**, continua exigindo minha atenção. Meu envolvimento tanto teórico quanto político com o conflito israelo-palestino, descrito nas páginas anteriores deste memorial, tem continuado nos últimos anos, não apenas pela docência e a participação em debates públicos, mas também como objeto de estudo e de reflexão. Um assunto a ser desenvolvido é o “campo da paz” israelense, como

---

<sup>35</sup> Incidentalmente, as reflexões neste artigo foram nutridas por minhas experiências com diálogos entre parceiros em conflitos duradouros, e.o. aquelas entre palestinos e israelenses relatadas acima. Não abandonei meu interesse em continuar praticando a resolução não-violenta de conflitos, e usei minha experiência facilitando algumas simulações com alunos de RI, usando a Colômbia e o Iraque como casos imaginários.

movimento social e como ideologia, seus diálogos com o lado palestino e, mais recentemente, seu declínio. (Disponho ainda de um acervo de ca. 50 entrevistas que fiz com os principais políticos e ativistas - tanto palestinos quanto israelenses - no final dos anos 80 e início dos anos 90. Estas foram recentemente digitalizadas e esperam uma elaboração).

No mundo muçulmano, os temas mais importantes desta linha incluem sem dúvida indagações sobre o islamismo em suas várias manifestações, modernismo e reforma islâmica (conectados ou não aos nacionalismos e aos movimentos étnico-religiosos). O islamismo e sua relação com a democracia e os direitos humanos (já trabalhados por alguns de meus orientandos) e conflitos regionais (em particular Iraque e Irã). A “primavera árabe” de 2011 que amplia o alcance da crise generalizada afetando as sociedades árabes (plurais mas, predominantemente muçulmanas), destaca ainda mais a relevância do tema. Pesquisas sobre as causas das revoltas atuais e as opções futuras estão também na pauta das discussões do GT-OMMM (PP.)

Em 2009 recebi convite do tenente coronel (então major) do exército estadunidense John George David para participar numa coletânea sobre a “insurgência global” do mundo muçulmano. Para este livro, ainda no prelo, que contará com contribuições de vários autores internacionais, escrevi em **2010** o artigo **Islamism And Democracy: Walking The Tightrope**. O texto antecedeu (obviamente) a Primavera Árabe de 2011 mas prevê alguns dos dilemas que se desenrolam agora, em particular a tensão entre islamismo e democracia. Endereçamos três perguntas: (1) porque as tensões religiosas são desproporcionalmente virulentas no islã? A resposta não está em alguma “essência” mitológica inerente, mas é racionalmente inteligível pelo universalismo do islã, seu caráter político, e sua competição com o ocidente; (2) a incompatibilidade entre islamismo (fundamentalismo muçulmano) e democracia liberal. Aponto que islamismo (a ideologia política, ao invés do islã, a religião) nascido como resposta às percebidas agressões ocidentais, é na verdade antimoderno e antidemocrático mas, apenas parcialmente violento; (3) recomendações de como o ocidente deveria lidar com a ameaça do islamismo violento. Seguindo a lógica explicada nas páginas acima, defendo que não há choque de civilizações mas sim de ideologias. Para democratizar, meios pacíficos são indicados, embora não sempre viáveis. No entanto, deve-se diferenciar entre *regimes* islamistas (p.ex. o Irã) e *movimentos* oposicionistas islamistas (p.ex. a Irmandade Muçulmana no Egito). Regimes islamistas, analiso, enfrentarão problemas de legitimidade insuperáveis: uma postura agressiva do ocidente só prorrogaria sua sobrevivência. Movimentos islamistas, pelo contrário, opondo-se a regimes autoritários acumulam grande legitimidade; aqui a tarefa é de encorajá-los a assumir a função de democratizador (até involuntário). Não por proibição mas por cooptação, um *modus vivendi* pode ser encontrado. Concluo com uma especulação sobre o islamismo emergindo como via indireta e paradoxal à modernização.

### ➔ Ad (2) as causas da hegemonia ocidental

A questão das causas (e conseqüências) da hegemonia ocidental no mundo contemporânea é de suma importância. Uso aqui o lema “hegemonia” ou “supremacia”

de maneira empírica e não normativa: “supremacia” não equivale (necessariamente) a “superioridade”. Por volta de 1900 o ocidente conquistara e controlava a esmagadora maioria do mundo, explorando colônias e semi-colônias; o ocidente também trouxe para estas (não raramente a contragosto, ou inconscientemente) elementos da própria modernidade que a Europa desenvolvera nos séculos anteriores e que lhe outorgara os meios para submeter o não-ocidente. O resultado desta exportação não-intencional, foi a parcial modernização do Outro não-ocidental e eventualmente, sua emancipação. Até hoje, apesar da onipresença de reflexos antiocidentais, o mundo pós-colonial é ainda amplamente produto do ocidente; a ocidentalização inclui o próprio sistema internacional de Estados, soberanos mas idealmente interligados por instituições supranacionais e por normas pacíficas consensuais. Também de origem e feição européias são os grandes temas que dominam a pauta internacional: a degradação ambiental, o fracasso do desenvolvimento no Sul Global, a crise da segurança e as incompatibilidades culturais e religiosas que ameaçam desencadear o “choque de civilizações”. A multidão de análises e teorias reflete a ausência de consenso sobre o assunto: os especialistas não estão de acordo sobre quais fatores explicam o avanço europeu, nem sobre o quadro geográfico ou a periodização. Como e porque certas sociedades européias, que posteriormente se transplantaram para além-mar, conseguiram se impor ao resto da humanidade? Como os processos de ocidentalização, modernização e globalização se entrelaçam? Como civilizações com valores opostos, às vezes incompatíveis, podem integrar o passado e o presente da hegemonia para desenvolver um mundo liberado de imposições unilaterais de poder, mas suficientemente unido por valores e projetos compartilhados para que se evite o caos e a implosão, e para que juntos possamos preparar um futuro comum. Em outras palavras, como podemos “usar a história para fazer história”? Esta constitui para mim a “Grande Questão”.

Como explicado acima, organizei para o ensino no IRI um leque de abordagens sobre esta questão em oito “escolas”. No último ano trabalhei o mesmo tema baseando-me em extensas leituras e reflexões que transcenderam de longe as necessidades de ensino. Minha pressuposição era que elucidar a “Grande Questão” é um passo imprescindível para pensar os princípios de convivência global e, por fim, uma ética transnacional pós-hegemonia ocidental. É claro que este projeto, que supera as possibilidades de qualquer indivíduo, permanece num estágio preliminar. Sem pretensão de ter todas as respostas, apresentei o fruto de minha pesquisa e reflexão sobre este tema na primeira parte da **tese de livre-docência**, que analisa as causas da hegemonia política, econômica, e cultural do ocidente no mundo: situação historicamente desenvolvida e que sobrevive à descolonização. Esta parte inclui uma análise das principais explicações, organizadas pelo eixo das grandes “escolas” teóricas. (A segunda parte da coletânea consiste em quatro estudos sobre aspectos vários dos conflitos do Oriente Médio atual).

Tipologicamente minha discussão se separa em duas linhas: aquela *comparatista* que enfatiza fatores inerentes à Europa ou aos europeus (*internalistas*), inclui fatores geográficos (p.ex. Jared Diamond), econômicos (p.ex. Perry Anderson), políticos (p.ex. Michael Mann) e culturais (p.ex. Huntington, Daniel Landes); a outra, que focaliza a *interação* desigual entre potências, economias ou culturas ocidentais com não-ocidentais (*externalistas*) abrange abordagens “sistemas-mundiais” (p.ex. Immanuel

Wallerstein), asiocentrismo (p.ex. Andre Gunder Frank), e pós-colonialismo (p.ex. Edward Said); um oitavo grupo tenta transcender essa antítese enquadrando algumas possíveis pré-disposições européias à expansão e modernização numa evolução humana mais compreensiva (p.ex. George Modelski e William Thompson). Comparando as explicações concorrentes, conclui que (a) elas freqüentemente se complementam mais do que se negam; (b) as explicações culturalistas têm a maior capacidade explicativa, mas não são totalmente internalistas: a expansão européia precisa ser contextualizada na “corrida” pela hegemonia entre o “duo bicivilizacional” cristandade >> islã, ambas com uma embutida tendência globalizante; (c) o evolucionismo ajuda a historicizar a hegemonia ocidental como estágio necessário mas superável e transitório, pois ditado por um fraco determinismo: o papel geral de uma civilização conduzindo o processo de globalização seria inevitável, suas formas ocidentais específicas, contingentes; (d) é preciso distinguir duas transições hegemônicas, uma permitindo um avanço crítico às potências européias, e a segunda tornando este irreversível: nesta segunda transição, provavelmente não antes do século 19, o papel da ciência e tecnologia pode ter sido crucial.

Usei o prisma de **civilização** como categoria mais útil para analisar a ascensão da Europa cristã, e a subsequente hegemonia de um ocidente finalmente pós-cristão por um lado; e o declínio e a crise resultando do islã, do outro. A hegemonia global que o ocidente conseguiu impor, imbrica-se de forma complexa com o processo da **modernização**. Por sua combinação de poder político-econômico, em combinação com desafio cultural, ela tem sido particularmente dolorosa para o mundo muçulmano. Entre as respostas que este último desenvolveu, o **islamismo** (fundamentalismo muçulmano) é atualmente a mais importante, e.o. por seu caráter antimoderno, antiocidental e, às vezes, violento. Contudo, analisei a crise atual entre um ocidente (ainda) liderado pelos EUA, e um mundo muçulmano (ainda) centrado no Oriente Médio árabe não como civilizacional em primeiro lugar, mas como um **choque entre duas ideologias** militantes e incompatíveis: a democrática pluralista e a islamista teocrática: projetos estes que brotaram em civilizações diferentes/opostas, mas que por sua universalização e “desculturalização” se emanciparam das suas raízes específicas civilizacionais, ao passo que as linhas divisórias atuais cruzam mais do que sobrepunham as fronteiras culturais. Meu argumento, nem materialista nem limitativamente culturalista, de um conflito ideológico que transcende as civilizações, explica o título “*Choque dos universalismos*”.

Defendi a tese com êxito em julho de **2007** e com isto alcancei a posição de professor associado no DH. Meu interesse pelo tema não se esgotou, embora me tenha concentrado desde então em alguns outros eixos da minha agenda de pesquisa.

**Desenvolvimento do manuscrito:** Usei o período da licença premio em 2011 e.o. para dar um início à transformação da tese da livre docência num livro publicável, atualizado e enxuto. Mais para frente gostaria de fazer uma contribuição historiográfica comparando e avaliando as análises e teorias pertinentes, completando e atualizando a tese numa obra publicável que irá além da tese em dois pontos.

**(a) as perspectivas não-ocidentais e a “política” do debate:** O debate sobre as origens da hegemonia ocidental faz parte integrante das lutas acerca das “culturas de memória”



opostas. Como estudiosos do terceiro mundo interpretam debates dominados até há pouco por ocidentais, e como suas análises sobre a emergência do ocidente diferem das deles. O papel do orientalismo e eurocentrismo. A influência dos críticos pós-coloniais (p.ex. Chakrabarty), pós-modernistas e outros (p.ex. Goldstone, Huff). A tendência recente para a valorização da diferença e o particular impede (ou invalida) a busca de padrões “macro”? Meu interesse foca em particular historiadores e cientistas sociais com raízes árabes e/ou muçulmanos (p.ex. Samir Amin, J. Abu-Lughod, Timur Kuran)

**(b) análises evolucionistas atuais:** Análise e avaliação de autores que na tese da livre-docência ainda não receberam a devida atenção (p.ex. Marvin Harris, Wilkinson) ou ainda não tinham sido publicados (p.ex. Ridley, Ian Morris). Relações com abordagens da *World History*, psicologia evolucionária e.o.

### ➔ Ad (3) os muçulmanos no ocidente

O debate sobre as minorias muçulmanas no bojo das sociedades tem se tornado um dos itens incontornáveis do debate público nos países que compõem a Europa (pós-)cristã atual, e ganha também saliência nos EUA, na Rússia, Índia e alhures. Em jogo estão não apenas a difícil relação entre imigrantes alóctones e populações autóctones e a questão da integração (ou assimilação?) de grupos alienígenas à cultura nacional preexistente, mas também o desafio apresentado especificamente pelo islã - religião com explícito caráter político e com (pelo menos na suas manifestações mais fundamentalistas) demandas vivenciadas por muitos no ocidente e fora dele como incompatíveis com os princípios liberais (individualismo; liberdade e igualdade e.o. de religião e sexualidade; democracia; resolução não-violenta de conflitos;... ) que subjazem a globalização da modernidade. O confronto entre estilos de vida modernos e ditames religiosos é particularmente grave nas sociedades da Europa ocidental e central. Ali os desafios da coexistência produzem uma gama de reflexões e experiências sociais indo da rejeição mútua (xenofobia, fundamentalismo...) às tentativas do diálogo intercultural e de reforma interna do islã - esta pode (ou não) ter melhores chances dentro das próprias sociedades ocidentais (p.ex. os experimentos de pensar um “euro-islã”).

Espremidos entre demandas opostas, os integrantes das minorias muçulmanas, frente ao desafio de forjarem para si mesmo novas identidades coletivas adequadas à situação, se encontram entre dois fogos; contudo o “debate sobre o islã” transcende o quadro restrito de islamofilia vs. islamofobia, para alcançar uma contestação da própria identidade do ocidente, e da modernidade. Portanto a discussão abrange os quesitos (“*hot buttons*”) das relações entre indivíduo e comunidade, entre Estado e religião, e entre soberania e direitos universais (este último assunto já remetendo à linha (4)).

Estes temas que definem a linha (3) estão no coração das minhas preocupações teóricas e civis. Nos últimos anos dediquei muito tempo e energia a uma análise de como eles se desdobram no âmbito de algumas sociedades européias que conheço de primeira mão, e onde estas contradições têm crescido desde os anos 90: Holanda, Bélgica e Alemanha. Aproveitando estadias no exterior em 2007, 2008 e 2010, enfoquei em particular algumas das especificidades do caso holandês, comparando as reações à imigração e à presença

muçulmanas ali com as que ocorrem nas vizinhas Bélgica e a Alemanha. Nestes três países europeus há crescimento semelhante das populações muçulmanas, embora as políticas e a discussão públicas difiram bastante, polarizadas entre tendências ao multiculturalismo e ao assimilacionismo.

Comecei meu estudo da questão muçulmana na Holanda no contexto europeu, durante uma primeira estada em Amsterdã, de agosto até novembro de **2007**. Estive a convite do *Duitsland Instituut Amsterdam* (DIA, Instituto de Estudos Alemães vinculado à UvA) através de seu diretor, Prof. Ton Nijhuis. Ali pesquisei o debate sobre o islã e a minoria muçulmana na sociedade holandesa, em comparação com o caso alemão (anos 1970-hoje). Busquei identificar tanto suas especificidades quanto seus paralelos ou sua eventual convergência com padrões em outras sociedades européias. Para a “pesquisa de campo” usei as coleções da biblioteca do DIA e outras, e iniciei contatos e entrevistas com especialistas da Universidade de Amsterdam, junto ao Departamento de Ciência Política, do International Institute for Social History (Prof. Marcel van der Linden.) entre outros.

Elaborei minha análise iniciada durante o segundo semestre de 2007 num paper (*International and domestic inputs in recent debate on Islam and Muslims in Western Europe: the specificity of the case of the Netherlands*) que apresentei no Eighth International CISS Millennium Series Conference em Paris, em junho de **2008** (com financiamento CAPES; uma segunda apresentação, no WISC em Ljubljana, Eslovênia, tive que anular por falta de recursos). Nessa comunicação, tentei decifrar a originalidade do caso holandês levando em conta peculiaridades históricas, em particular a memória do genocídio da precedente minoria judaica, e o processo da pós-Segunda Guerra e até os anos 60, de abrupta modernização industrial e cultural. Também esbocei uma sistematização das quatro principais posições políticas: (a) exclusão ou usurpação; (b) comunalismo ou multiculturalismo; (c) assimilacionismo; e (d) integração, através do cruzamento de duas coordenadas que dizem respeito a atitudes sobre, respectivamente, (1º) pluralismo étnico-religioso na sociedade e (2º) a plasticidade das (sub)identidades coletivas. O esquema visualiza a recente extremização das posições, tanto entre muçulmanos quanto no seio da população majoritária. Aplicando este esquema tentei uma explicação da tendência que observei: a Holanda, partindo de uma posição que se destacara por sua tolerância multiculturalista, se move em direção a uma convergência com o comum europeu, levando a reivindicações mais duras contra os imigrantes muçulmanos, beirando em islamofobia.

No segundo semestre de **2008** estive afastado da USP de agosto até dezembro para uma segunda estadia na Holanda. Atuei como **professor visitante no Departamento de Ciência Política**, Faculdade das Ciências Sociais, da Universidade de Amsterdam, Holanda (UvA programa de Relações Internacionais (cf. PP.). Embora dedicasse a maior parte de meus esforços à docência, continuei também minha pesquisa, e.o. analisando debates na imprensa e na mídia eletrônica e realizando algumas entrevistas. Iniciei também um estudo paralelo sobre o debate paralelo na Bélgica. Com resultado elaborei um artigo publicado em holandês em 2009 na revista holandês-flamenga de ciência política *Res Publica* **O debate sobre o islã na Holanda: do excepcionalismo à**

**convergencia?** [Het islamdebat in Nederland: van exceptionalisme tot convergentie?]; uma versão em inglês, mais ampla e atualizada, está em preparo.

Minha reflexão acerca do tema (3) também se nutre pelas discussões no GT-OMMM, que durante **2010** focaram as controvérsias sobre islamofobia e islamofilia (cf. PP.)

Neste período o foco estava mais voltado à situação **belga**. Durante uma visita mais breve para *followup* da pesquisa na Bélgica, em outubro de **2010**, a convite do Prof. Sami Zemni, diretor do MENARG (*Middle East and North Africa Research Group*) Center for Third World Studies, da Universiteit Gent, fiz uma primeira incursão nas ricas coleções das universidades em Antuérpia e Gent, além de conseguir fazer algumas entrevistas com pesquisadores ali (e.o. Profa. Els Vanderwaere do CEMIS *Centrum voor Migratie en Interculturele Studies*). Pretendo continuar esse estudo nos próximos tempos, esperadamente realizando entrevistas com ativistas islâmicos. A análise dos dados e entrevistas deve desembocar numa publicação.

#### → Ad (4) questões normativas

Esta linha foca temas que decorrem de, ou tem relevância para dilemas culturais, e inclui (idealmente) uma tentativa de desenvolver olhares frescos sobre direitos humanos, intervenções humanitárias etc. Contudo este painel de pesquisa até hoje é o menos desenvolvido. Já desde **2006** iniciei conversas com colegas (em particular Profs. Eduardo Bittar e Rossana Rocha) acerca da pesquisa e ensino sobre questões éticas nas relações internacionais. Os aspectos éticos são inegáveis em fenômenos que predominam nas relações internacionais contemporâneas, tais como terrorismo, guerras preventivas, choques de civilizações, e as discussões sobre governança global e a universalização da democracia. A relação com os demais aspectos da minha agenda de pesquisa é imediatamente visível, já que a pauta incluirá polemias tais como a avaliação moral do **colonialismo, Estados descolonizados e falidos – o direito ao desenvolvimento, a problemática da universalidade dos direitos humanos, os dilemas das intervenções humanitárias, e a ética da “guerra justa” e da violência revolucionária.** Seriam enquadrados estudos sobre conflitos regionais, bem como o estudo da relação entre direitos humanos e democracia no marco do processo de globalização. No entanto, por motivos de sobrecarga de meu tempo esta linha ainda não criou muitos produtos.

Tangencialmente relacionado ao mesmo tema é meu artigo **Guerra e Terrorismo na Conjuntura Internacional Atual**, fruto de uma palestra proferida no congresso “Guerra e História” no Departamento de História da Universidade de São Paulo no 30 de setembro de **2010** (ainda no prelo). Nele argumentei que guerras e terrorismo, duas manifestações de conflitos armados, têm curvas opostas na idade contemporânea. Inspirando-me parcialmente da obra de Ph. Bobbitt, analiso o declínio da guerra interestatal nas relações internacionais contemporâneas, resultado simultâneo da mudança no equilíbrio geopolítico e da na própria natureza da guerra. Concomitantemente olho para as causas do terrorismo que na mesma época se expandiu e se tornou a forma mais significativa da violência organizada. Destaco o papel das mídias e das percepções (papel do *soft power*) e os impactos da democracia: na verdade o próprio êxito da

democratização produz efeitos que afetam a identificação e a segurança da população das democracias – ao mesmo tempo que capacitam seus inimigos, ou seja efeitos que beneficiam grupos terroristas e dificultam a ação de Estados contra eles.

Endereçando a questão do porque a vitória da globalização produz mais terrorismo, aponto para algumas conseqüências paradoxais da globalização: o desfecho da guerra fria eliminou o espectro de uma nova guerra mundial, e tornou improvável uma nova grande guerra entre Estados, mas por outro lado deixou um rastro de problemas não resolvidos: e.o. um sistema internacional desequilibrado que gera anti-ocidentalismo e antiglobalismo; uma crise endêmica do Estado-nação que fomenta conflitos identitários e comunitários; e mudanças de estilo de vida e de moralidade, cujos efeitos demográficos e sociais revolucionam exatamente aquelas camadas que mais violentamente rejeitam a “invasão cultural” ocidental - em particular no mundo muçulmano. A conclusão desconcertante é que estamos numa nova guerra mundial: a de Estados democráticos contra “Estados de terror” (ainda amplamente virtuais), onde ambos os antagonistas dispõem de recursos estratégicos e ideológicos assimétricos. As democracias não podem combater os terroristas pelas mesmas armas que estes usam contra elas, mas nem por isto estão sem oportunidades para vencer.

Está programada para outubro de **2011** uma palestra sobre direitos humanos e a crise do mundo árabe, na UFSC, Florianópolis, onde serão abordados: universalismo ou relativismo dos direitos humanos, os dilemas da intervenção humanitária, e os problemas das relações entre o Oriente Médio e o ocidente.

### **Atividades de Ensino: 2001-2006**

No **DH** comecei em **2001** com um curso de **graduação** introduzindo a **história contemporânea da Ásia**. Incluí uma boa dose de história do Oriente Médio, mas expandi o conteúdo para a Índia e a China. Apesar de ser uma matéria optativa tive centenas de alunos que me proporcionaram uma nova dimensão da palavra ‘ensino universal’, mas seu entusiasmo e participação amplamente compensaram a carga decorrente da quantidade. (O curso foi, num formato atualizado, repetido em 2002). No segundo semestre de 2001 dei, para uma platéia menor mas não menos motivada, um curso de **pós-graduação: ‘O mundo muçulmano e suas fronteiras: conflitos comunitários prolongados no Oriente Médio contemporâneo e fora dele’**. Este curso coincidiu com o choque internacional provocado pelos ataques de 11 de setembro 2001, o que tornou o assunto ainda mais atual. Apesar de conhecer bem a fervente atmosfera dos radicalismos religiosos, não esperava a grande relevância que estes atentados outorgaram a este curso.

Em **2002** dei no DH mais uma vez o curso da História da Ásia Contemporânea (com ênfase no Oriente Médio e Ásia Meridional).

Em **2004** ofereci um curso de **pós-graduação**, que abordou os grandes temas da **política estadunidense** em seu confronto com o islamismo, debatendo as reações tanto da esquerda quanto da direita, a partir das escolhas filosóficas e internacionais de cada uma. **“Choque Das Civilizações? O fundamentalismo muçulmano e as reações, 1990- hoje”** (FLH5134-1)

Com isto encerrei responsabilidades ainda decorrentes de meu convite como professor visitante no DH.

### **Instituto de Relações Internacionais - USP**

Em novembro **2001** prestei concurso para a vaga de professor na disciplina da História das Relações Internacionais, para o curso multidisciplinar no novo Bacharelado em Relações Internacionais. Este se iniciou em fevereiro de 2002, acontecendo fisicamente na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA). Tornei-me responsável pela formação histórica geral de alunos do primeiro ano.<sup>36</sup> Montei um curso, dividido em dois semestres dedicados, respectivamente, às Idades Moderna e Contemporânea, e baseado em três princípios: (a) um quadro cronológico mais amplo do que o tradicional, que costuma se iniciar com os novos Estados do século 16 e 17, e que incluiria considerações sobre as RI na Antiguidade e Idade Média; (b) uma abordagem não-eurocêntrica que, apesar da inegável primazia do ocidente na moldagem do sistema internacional atual, olha também para as RI da China, Japão, Índia e do mundo muçulmano (sendo este último aliás conectado à Europa por múltiplos laços, que oscilavam entre hostilidade aberta e interações mais positivas); e (c) uma ênfase não exclusivamente orientada para a história diplomática e militar, mas dando a devida atenção aos desenvolvimentos internacionais econômicos, religiosos, culturais. Em termos pedagógicos, sempre tento combinar aulas expositivas com outros métodos tais como exercícios, debates, meios audiovisuais e outros, o que funciona bastante bem com o alunado da USP, em geral altamente motivado.

O ensino do primeiro painel de meu curso panorâmico, **História das RI na Idade Moderna**, foi completado em junho de **2002**; o segundo, **História das RI na Idade Contemporânea** (cuja análise e narrativa chegam até o fim da Guerra Fria), ofereci pela primeira vez no segundo semestre do mesmo ano. Concebi ambos os cursos como um total, e o conjunto destes cursos foi bem recebido. Eles se encaixaram numa inovadora formação de especialistas em RI, desenvolvidos em coordenação com colegas de ciência política, direito e economia. Aliás, o curso de bacharelado é muito concorrido entre os vestibulandos. Repeti estes cursos nos próximos anos, de **2003 até (inclusive) 2008**; a primeira turma se formou em 2005. Nesta ocasião fui homenageado pelos formandos, uma agradável surpresa que se repetiu com a segunda turma (março de 2007).

No entanto, o Bacharelado, originalmente projetado pelo saudoso Prof. Guido Soares, chegou à “maturidade” com a formalização do *Instituto de Relações Internacionais* (IRI) sob a direção dos Profs. Walter Colli e Maria Hermínia Tavares de Almeida. Por motivos tanto de conteúdo quanto de pedagogia, eram nesta altura cursos obrigatórios para os terceiro e quarto anos do bacharelado, q.d. no período da especialização, cada uma das

---

<sup>36</sup> Duas outras colegas foram contratadas para os cursos sobre a História das Américas Independentes e História da Política Externa do Brasil, ambos oferecidos no segundo ano do chamado “tronco comum” consistindo nos dois primeiros dos quatro anos da duração do curso.

quatro disciplinas do tronco comum. Para essa nova disciplina de História dentro do IRI eu fui convidado a preparar “**História da Globalização e da Fragmentação**”. No segundo semestre de **2005** dei pela primeira vez este novo curso, levado por um tópico que vem atraindo cada vez mais minha atenção, por sua óbvia relevância: a questão das causas da hegemonia (política, militar, econômica e ainda cultural) do ocidente no mundo, hegemonia cujas raízes estão no início da era moderna ou ainda mais antigas, mas que continuam se impondo até após as descolonizações. O curso compara três grandes linhas, e dentre delas oito “escolas” explicativas, entre as “internalistas”, que buscam a causa do poder europeu em características inerentes, tais como (1) seu meio ambiente, (2) sua economia capitalista, (3) sistema de Estados, ou (4) valores culturais); “externalistas” (que derivam a supremacia da relação colonial desigual, p.ex. (5) a teoria dos sistemas-mundiais, (6) a pós-colonial, e (7) os “negacionistas” ásia-cêntricos); e (8) os “evolucionistas”, que tentam uma síntese entre os dois anteriores. Bastante interativo, o curso gozou de popularidade e entusiasmo entre os participantes. Repetido no primeiro semestre de **2006**, este curso foi dado a cada ano **até (e inclusive) 2010**. Infelizmente nesta data a falta quase estrutural de docentes de história no IRI obrigou a sacrificar a disciplina *Globalização e Fragmentação em Perspectiva Histórica* enquanto disciplina obrigatória. Pretendo futuramente oferecê-la num outro formato como curso de pós-graduação.

Esta louvável expansão da grade horária para o bacharelado não aconteceu sem provocar problemas de pessoal que, espera-se, serão resolvidos pela contratação de um novo professor para lecionar História das RI. O hiato foi temporariamente fechado pela intervenção, em 2005 e 2006, de dois colegas do DH, os Profs. Coggiola e Florenzano. No primeiro semestre de 2007, assumi a responsabilidade por ambos os cursos, História das RI e Globalização.<sup>37</sup>

### **Atividades de ensino desde 2007**

Minhas atividades acadêmicas e científicas desde 2007 tem se concentrado na USP no âmbito do Departamento de História, onde integro a área de História Contemporânea, No entanto em termos práticos e em decorrência de acordos estabelecidos entre o DH e o Instituto de Relações Internacionais, tenho sido freqüentemente delegado pelo DH para dar cursos no IRI tanto no bacharelado quanto na pós-graduação.

Em 2007 e 2008 houve dois afastamentos extensos para pesquisa e ensino como professor visitante na Universiteit van Amsterdam na Holanda. Em 2007 se encerraram minhas atividades de assessoria na Faculdade Santa Marcelina. Na primeira metade do ano atual (2011) não pude assumir plenamente minhas obrigações por motivo médico. Neste semestre estive de licença tendo retomado minhas atividades a partir de agosto de 2011.

Como o IRI sofreu em 2008 uma lacuna de professor em História das RI, repeti as disciplinas obrigatórias que já ensinara anteriormente, tanto *História das Relações Internacionais na Idade Moderna* quanto *Globalização e Fragmentação em Perspectiva*

---

<sup>37</sup> Felizmente pude contar com a ajuda de meu monitor Pedro Brancante, que foi igualmente um de meus orientandos-mestrands. Outros monitores me ajudaram posteriormente.

*Histórica* “*A Grande Divergência: Causas e Conseqüências da Supremacia Ocidental no Mundo Contemporâneo* (BRI-0008). No entanto, por problemas organizacionais do próprio IRI e alheios à minha vontade, no primeiro semestre de **2008** não foi possível oferecer estes cursos em turmas duplas para alunos vespertinos e noturnos. Foi resolvido, de forma emergencial, dá-los numa turma consolidada, o primeiro à tarde e o segundo à noite. Assumi também a tarefa de acompanhar programas individualizados para alguns alunos prejudicados pela falta de oferecimento destas obrigatórias em horários viáveis para eles. A partir do segundo semestre de 2008 uma solução foi encontrada na contratação de meu colega Prof. Pio Penna que até sua saída do IRI em 2010 assumiu ambos os cursos História das RI na Idade Moderna e História das RI na Idade Contemporânea. Isto permitiu que, em **2009** e **2010** eu desse novamente a disciplina *Globalização e Fragmentação em Perspectiva Histórica* para duas turmas.

Em 2009 e 2010 certos discentes destes cursos começaram a solicitar uma reestruturação dos cursos de História das RI, reivindicando uma maior ênfase na época mais recente. Participei ativamente nas discussões seguintes, me opondo em geral à tentativa de sacrificar as épocas mais antigas. Contudo foi eventualmente decidida a reformulação em História das RI1, que englobaria os acontecimentos até a Primeira Guerra Mundial e História das RI2, de 1914 até os dias atuais. A modificação foi votada na reunião departamental do DH em 2010 e os novos cursos serão oferecidos a partir de 2012. Graças à minha pressão se manterá em ambos os cursos uma boa dose de história extra-européia. O plano é que nos próximos anos voltarei a assumir uma parte substancial do ensino dessas duas disciplinas reformuladas.

Paralelamente a estes cursos dados para o bacharelado em RI, ministrei outros cursos no DH. Em **2009**, dei a disciplina **optativa** FLH0442 **História da Cultura II O Conflito Israel-Palestina**. A proposta desta disciplina seguiu em grandes linhas a de pós-graduação, dada em 2008 na Universidade de Amsterdã quando fui ali professor visitante, atualizada e adaptada para o nível de graduação: uma introdução histórica ao conflito seguida por uma discussão da situação atual em quatro aspectos: internacional, regional, estratégico e ideológico. O curso combinou aulas expositivas com atividades grupais e exercícios. As últimas reuniões se tornaram inviáveis devido à greve vigorando na época na FFLCH e a avaliação final foi transferida ao 2º semestre de 2009. Como sempre neste tipo de curso, dediquei especial atenção ao desafio da objetividade. Consegui medir, por meio de “pesquisas de opinião pública” improvisadas entre os alunos participantes uma notável moderação de posições.

No âmbito da **pós-graduação** não menos importante do que a da graduação, que por motivos práticos tende a monopolizar nossas energias, ofereci três cursos desde 2007. Em **2008**, dei novamente FLH5134-2 “**Choque das civilizações? O fundamentalismo muçulmano e as reações, 1990-hoje**”, curso que combina uma introdução à problemática do islamismo com uma análise do panorama político-ideológico no ocidente frente à questão do radicalismo islamista e terrorismo.

Este curso foi repetido com êxito em **2010**, sob a mesma sigla mas acontecendo sob os auspícios do IRI e fisicamente na FEA. Estes cursos atraíram um público bastante diversificado incluindo historiadores, internacionalistas e outros. Não surpreende que o

tema, que inclui a “Guerra contra o Terror” e as polemicas intervenções ocidentais no Afeganistão e no Iraque, sempre desperta acaloradas discussões entre os alunos. A atualização em 2010 abordou e.o. a política médio-oriental do governo Obama.

Em **2011** estou dando FLH5279-1 “**O Conflito Israel-Palestina: Origens, desdobramentos e tentativas de resolução**” no mesmo formato do anterior, sob égide do IRI.

Meus cursos foram úteis não somente aos alunos regularmente matriculados neles mas também a uma variedade de outros interessados, entre eles alunos estrangeiros, alunos da terceira idade e outros ouvintes.

Em geral consegui atrair para os cursos **monitores** que ajudaram nas tarefas administrativas, no acompanhamento de trabalho em grupos e exercícios e na correção dos exercícios e provas, mas não aceitei que eles dessem aulas expositivas. Na maioria dos casos os monitores se encaixaram no programa PAE. Em geral esse sistema funcionou bem e proporcionou experiências úteis aos monitores.

## **2008 Estadia na Universiteit van Amsterdam como professor visitante**

A convite do Prof. Meindert Fennema, então chefe do Departamento de Ciência Política, Faculdade das Ciências Sociais, da Universidade de Amsterdam, Holanda (UvA (*Universiteit van Amsterdam*)), estive de 1 agosto a dezembro de 2008 em Amsterdã, Holanda como professor visitante junto a esse Departamento. Dei dois cursos de pós-graduação dentro do programa de Relações Internacionais, e continuei a coleta de dados para minha pesquisa: “O debate sobre o islã na Europa: o caso da Holanda e da Bélgica”, projeto aprovado pelo Departamento de História USP em reunião de maio de 2007.

Aceitei este convite com dois objetivos: em primeiro lugar, para continuar minhas pesquisas ligadas ao projeto iniciado em 2007, analisando a controvertida posição das novas minorias muçulmanas na Europa. Em segundo lugar, lecionar para um público acadêmico europeu – após uma ausência e interrupção de quase 20 anos - me pareceu uma oportunidade muito interessante tanto em termos de pedagogia comparativa quanto de inserção internacional do Departamento de História da USP e eventual possibilidade de intercâmbio de alunos. Na prática, a experiência, embora muito positiva, aconteceu de forma diferente da planejada, com mais peso no ensino e menos na pesquisa. Isto se deu devido a um imprevisto.

Pouco antes de chegar em Amsterdã fui confrontado com uma circunstância inesperada. O Prof. Alex Jilberto Hernandez, pesquisador chileno radicado na Holanda, que regularmente da cursos de pós-graduação sobre assuntos latinoamericanos, teve que se afastar por questões de saúde. Por esse motivo, o departamento de Ciência Política da UvA fez a mim uma solicitação: poderia eu, pelo fato de conviver com a América Latina há dez anos, substituí-lo de alguma forma?

Embora eu fosse leigo neste assunto, minha experiência de dez anos de Brasil, vendo e ouvindo in loco os eventos e participando de palestras e debates, foi considerada por eles como uma “oportunidade” para não deixar este curso órfão. Apesar da situação um pouco



constrangedora, após alguma hesitação, decidi aceitar o desafio. Optei por debater com os alunos as questões ideológicas subjacentes às questões pontuais da política regional sulamericana pois este (a ideologia) é um campo que conheço e que pode ser transplantado – com adaptações - a outros continentes e a diversas realidades políticas. Mesmo assim isto demandou um certo preparo para adquirir conhecimentos mais do que básicos sobre a estrutura política, fatos e personagens da América do Sul, que pudessem ser discutidos sob a ótica dos grandes debates ideológicos que escolhi como tema geral do curso. Em decorrência destes fatores, dediquei mais tempo ao ensino e menos à pesquisa do que proposto no projeto de afastamento.

O novo curso sobre temas latinoamericanos acabou substituindo meu curso inicialmente anunciado (Globalização e Fragmentação em Perspectiva Histórica) e começou, assim como o curso sobre Israel-Palestina, no início de setembro. Nesta tarefa, tive um bom apoio do CEDLA (*Centro de Estudos e Documentação Latinoamericanos*, instituição inter-universitária holandesa com sede em Amsterdã).<sup>38</sup>

**61P630 Het Israelisch-Palestijns conflict op zoek naar een oplossing (O conflito israelo-palestino em busca de uma solução: aspectos internacionais e domésticos)**

Objetivou um entendimento da estrutura e evolução dos conflitos no Oriente Médio do século 20/21, com ênfase na contenda israelo-palestino; enfatizou a interação entre fatores internos (religiosos, étnicos, de classe...) e internacionais; e pretendeu desenvolver conhecimento das principais controvérsias historiográficas, políticas e éticas.

O ponto de partida e questão central: Como o conflito israelo-palestino (IP), um dos focos pós-coloniais mais prolongados, se encaixa no turbilhão dos conflitos do Oriente Médio e porque ele nunca foi resolvido? Quais obstáculos tornam este conflito tão resistente às soluções? o curso almejou desvendar a interdependência complexa e às vezes contraditória entre, por um lado, influências internacionais e regionais e, por outro, impulsos e forças políticas, sociais e ideológicas nascidas dentro das próprias sociedades israelense e palestina. Fizemos isto através do confronto de leituras que refletiam ou defendiam interpretações e posições opostas. às dicotomias internas tanto no campo palestino quanto no israelense se adicionam as crises da comunidade internacional e a interação (cada vez mais significativa) entre a arena israelo-palestina e outros focos regionais. discutimos as possíveis soluções: dois Estados ou um? possibilidades e limitações na busca de uma solução duradoura e justa desse conflito intratável? combinando o histórico e o político mas com ênfase na época mais recente o objetivo era chegar a uma resposta realista para esta pergunta.

**61P631 Latijns-Amerika: sociopolitieke ontwikkelingen en crisis der ideologieën. (A América Latina: desenvolvimentos sociopolíticos e a crise das ideologias)**

Após alguma reflexão decidi formular este curso necessariamente mais introdutório como “aproximação inicial aos principais movimentos ideológicos e políticos na América latina contemporânea”, com o objetivo de – após um pano de fundo da problemática histórica, social e cultural - desenvolver um conhecimento dos conflitos sociais e sua “tradução”

<sup>38</sup> Também devo destacar dicas muito úteis que me foram fornecidas por correspondência por meu então orientando José Henrique Bortoluci, que estava preparando um mestrado comparando a aplicação de conceitos orientalistas e eurocêntricos no mundo árabe e no Brasil. (Ele defendeu sua tese em 1 de julho de 2009).

política. Foquei freqüentemente o Brasil, tanto para analisar os paralelos com as outras sociedades da região quanto para destacar suas especificidades. O nacionalismo dos regimes militares dos anos 60-80 cedeu lugar a democracias não sempre eficientes, estáveis ou legítimas. Os novos regimes constituem o quadro dentro do qual encontramos correntes dificilmente captáveis num esquema esquerda/direita – tais como o indigenismo, o alter-globalismo, ou pós-colonialismo. Uma pergunta que fascinou os alunos foi: Será que a América Latina é o último continente marxista? Apontamos para: (a) a recente emergência de um certo número de regimes de tipo populista de esquerda e “antiimperialista” tais como os da Venezuela e da Bolívia; (b) governos social-democráticos no Brasil, Argentina e Chile e alhures; (c) a militância de movimentos trabalhistas e de sem-terra; (d) o antiamericanismo intelectual. Todas essas tendências contrastam bastante com a atração por opções mais conservadoras senão religioso-fundamentalistas em muitas outras partes do mundo.

O “elo de conexão” que tentei costurar foi a busca da própria identidade coletiva pela civilização latinoamericana. Obviamente a questão da correlação regional e/ou civilizacional dos países muito diversos do continente implicam em conseqüências para o seu potencial de cooperação e integração regional. Atrás disto encontramos a questão da viabilidade de modelos e valores ocidentais para sociedades apenas parcialmente ocidentais. Trabalhamos textos de autores latinoamericanos, e.o. clássicos brasileiros, quando disponíveis em tradução para o inglês.

Ambos cursos foram dados de forma interativa, combinando aulas expositivas, seminários, debates, exercícios, filmes e simulações. Os cursos foram dados em holandês para grupos que na UvA são de no máximo 24 alunos (com 23 participantes em cada grupo meus cursos estiveram praticamente lotados). Os alunos eram majoritariamente do quarto ou quinto ano do bacharelado em ciência política.

Os *papers*, para os quais os participantes escolheram entre uma ampla gama de temas, foram entregues no final de dezembro e corrigidos por mim em janeiro, já após minha volta para o Brasil mas ainda dentro do semestre letivo da UvA. O mesmo vale para o lançamento das notas.

Alem destas disciplinas fiz também palestras, p.ex. sobre a história do conflito Israel-Palestina para alunos do curso *Macht en onmacht in het Midden-Oosten* (poder e impotência no Oriente-Médio) do Prof. Rudolph Peters, sob auspícios do *Instituut voor Interdisciplinary Studies* da UvA; e participei num grupo de pesquisa e debate sobre os lobbies pró-Israel nos EUA e na Europa.

No final dos dois cursos foram feitas avaliações do curso e do docente pelos alunos. As avaliações foram excelentes, e resultaram num novo convite que, no entanto, não pude aceitar devido a meus compromissos na USP.

### **Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano (LEA-GTOMMM)**

É uma satisfação poder mencionar que meus orientandos estabeleceram um grupo informal de discussões regulares sobre questões do mundo muçulmano e temas afins, que

coordeno pessoalmente indicando leituras e temas para debate. Este grupo foi uma das origens do **LEA**. Estabelecido em **2008** em conjunto com meu colega Prof. Ângelo Segrillo, especialista na história da antiga URSS e da Ásia setentrional, para estimular o interesse e conhecimento da história e atualidade da Ásia, encorajar a cooperação científica com pesquisadores na Ásia, e proporcionar na USP um espaço para especialistas e alunos entre pesquisa e ensino, o **Laboratório de Estudos da Ásia (LEA)** constitui mais um campo de atuação meu.

Discuti com Segrillo a proposta geral, concordamos sobre formato e organização, e planejamos as atividades. O escopo do LEA engloba tanto a Ásia oriental (esfera da civilização sínica), meridional (indiana), do Sudeste (na encruzilhada destas duas civilizações) e, crucialmente o Oriente Médio que no lato sensu inclui o Cáucaso e a África do Norte. O DH deu aval ao LEA, que recebeu um espaço próprio no departamento, além de outras facilidades materiais. Institucionalmente, entrei em 2009 junto com Segrillo na coordenação e no Conselho Deliberativo, com reuniões frequentes. O LEA conta ainda com um conselho acadêmico reunindo respeitadas nomes nacionais e internacionais.

As atividades do LEA tem incluído a organização de palestras e debates, a publicação de um boletim irregular, o *Observatório da Ásia* e de um livro, além de três núcleos regionais com estudos regulares.

Entre os eventos públicos gerais menciono uma palestra minha sobre *As origens asiáticas da civilização ocidental* (em abril de 2008), e um debate sobre *60 anos de Israel*, em maio de 2008.

Os núcleos do LEA possuem cada um com sua própria pauta: há um núcleo geral e um sobre a Ásia Oriental, ambos guiados por Segrillo, e um terceiro sobre o Oriente Médio, sob minha liderança. No âmbito deste núcleo formei um **Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano (GT-OMMM)** que reúne alunos e outros interessados para palestras, discussões, filmes, debates com convidados e outras atividades regulares. O GTOMMM funciona sem interrupção desde o segundo semestre de 2009, com, na média, uma reunião por mês, em geral presidido por mim. Contamos com um núcleo de ca. 10 alunos e o apoio de um(a) monitor(a) voluntário(a).

As reuniões regulares objetivam uma discussão aprofundada de temas escolhidos consensualmente entre os participantes, entre um leque de possibilidades que lhes apresentei. Textos escolhidos de antemão são lidos em casa e introduzidos e contextualizados por participantes, por rodízio. Depois seguem discussões.

No final de **2009** os participantes decidiram em favor de uma concentração sobre temas político-culturais, em particular aqueles relevantes para muçulmanos radicados no ocidente. Em **2010** itens tais como o multiculturalismo, a posição da mulher e a questão do véu, a relação do islã com outras religiões, a islamofobia da nova direita e a islamofilia preponderante entre a intelectualidade da esquerda, e a sexualidade no islã, foram abordados em ca. 10 reuniões regulares. Além disto o GT realizou 5 eventos públicos:

- filme do cineasta brasileiro-iraniano Flávio Rassekh Azm sobre mulheres no Irã, seguido de debate;

- mesa-redonda sobre a Intolerância no Oriente Médio, com Flavio Rassekh & Ania Cavalcante e comigo;
- encontro com o pesquisador alemão Dr. René Wildangel sobre as posições históricas dos palestinos frente ao nazismo;
- palestra do geógrafo Ramez Philippe Maalouf sobre *A invasão israelense e as guerras do Líbano: geoestratégias em confronto, 1982-87* (atuei como debatedor);
- uma visita guiada por mim à mesquita (sunita) do Avenida do Estado em São Paulo, incluindo encontro com um xeque e outros dignitários religiosos de plantão.

No âmbito das demonstrações anti-regime após a alegada falsificação dos resultados das eleições presidenciais no Irã a partir de junho de 2009, tentamos estabelecer contatos por internet com um grupo de ativistas feministas iranianas vinculadas ao Movimento Verde. Por motivos de segurança (solicitação das nossas *counterparts* no Irã) estes contatos tiveram que ser interrompidos.

Para dezembro de 2010 planejamos um seminário temático (*Imagens do islã no ocidente e no Brasil*) que afinal não se realizou por falta de recursos.

No primeiro semestre de **2011** não pude participar nas reuniões por motivo de saúde, mas a motivação deste grupo é tamanha que fiquei comovido quando durante o quase semestre da minha ausência, eles se organizaram e levaram o grupo sozinhos, apenas com orientação à distancia e uma reunião de encerramento do semestre comigo. O GT manteve atividades com e.o. discussões de filmes sobre temas islâmicos e/ou médio-orientais. Desde o final de junho de 2011 tenho retomado minha responsabilidade para com o grupo, começando com uma introdução à Primavera Árabe.

Para o segundo semestre de 2011 o grupo optou por um enfoque em conflitos regionais: a política externa da Turquia, o pedido de reconhecimento do Estado palestino na ONU, o dilema não-violência nas revoltas árabes (Líbia e Síria como modelos opostos?). Sobre tais temas já realizamos duas reuniões; três outras estão programadas.

As atividades do GTOMMM se beneficiam de uma monitoria voluntária.

## **Orientações e outras responsabilidades**

Não demorou muito até meu enfoque ao Oriente Médio atrair orientandos. Começando, como parte da minha assessoria ao Curso no Curso de Relações Internacionais na FASM, com orientação a Trabalhos de Conclusão de Curso ali, segui com orientações para Iniciação Científica (IC), Mestrado e Doutorado na USP. Até hoje foram completadas, quatro iniciações científicas e quatro teses de mestrado, todos no Programa de História Social. Temos em andamento uma iniciação científica, quatro teses de mestrado (dois no Programa de História Social e dois no Programa Relações Internacionais), três das quais passaram o exame de qualificação; e duas teses de doutorado (ambos no Programa de História Social, dos quais uma no quadro do DINTER com a Universidade Federal do Acre (UFAC), uma das quais passou o exame de qualificação. A maioria de meus orientandos são bolsistas da FAPESP ou outras instituições de fomenta à pesquisa. Cinco

outras orientações tiveram que ser interrompidas por motivos alheios à minha responsabilidade, entre as quais uma tese de doutorado sobre ideologias xiitas no Iraque e no Irã, que já fizera o exame de qualificação.

**Temas** (com ano de completação):

**Iniciações científicas:** as políticas dos EUA no conflito israelo-palestino (2005); neoconservadorismo nos EUA sob os governo de G.W. Bush (2007);<sup>39</sup> o papel do Ba`th no regime de Saddam Hussein no Iraque (2006); e os vínculos entre o fascismo europeu e as ideologias no mundo árabe. **Mestrados:** a integração do Hizbullah na política democrática libanesa (2006); o Islã islamismo e democracia comparando os casos de Egito, Turquia e Argélia (2008); eurocentrismo e orientalismo nas interpretações sociais do mundo árabe e do Brasil (2009); o debate intelectual sobre a presença muçulmana na França atual (2009); a reflexão nas mídias do debate sobre imigrantes comparando Alemanha, Áustria e Suíça; a recente politização e militarização das intervenções humanitárias sob impacto da guerra contra o terror, no Afeganistão e em alguns outros casos; uma história oral dos palestinos em São Paulo focando seus problemas de identidade; mulheres e o islamismo comparando Egito e Turquia. **Doutorados:** o islã na televisão brasileira, com análise da novela *O Clone*; e uma história da imigração sírio-libanesa no Acre.

Como se vê, em termos do conteúdo, a maioria das pesquisas que oriento se encaixa perfeitamente nas minhas linhas de pesquisa.

Com uma exceção devida a problema de saúde, participei em todas as bancas relevantes de meus orientandos. Em bom numero de casos posso também notar com satisfação êxitos profissionais de meus ex-orientandos, com pesquisas ulteriores (J.H. Bortoluci, em Ann Arbor University, EUA desde 2009 com bolsa Fullbright onde assumo **tutoria** frente ao CAPES), e Leonardo Dutra no Itamaraty, e Pedro Henrique Bandeira Brancante Machado lotado junto à embaixada brasileira em Roma.

**Outras atividades de ensino** incluem pareceres, além de várias **bancas** (dois trabalhos de conclusão de curso – um na FASM e outro no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco (Ministério das Relações Exteriores) em Brasília; três defesas de doutorado (sobre temas tais como: o Holocausto e o Estado de Israel; a economia do trabalho forçado do Holocausto; ética econômica islâmica e desenvolvimento capitalista no Egito); e uma banca de concurso para professor na Área de História do Oriente na Universidade Federal do Acre, UFAC, em Rio Branco).

Esta última banca possibilitou tecer alguns contatos úteis com o DH da USP. Em junho de **2004** organizei na UFAC um *workshop* de uma semana de duração sobre a História Contemporânea do Oriente Médio (que incluiu um festival cultural de filmes, fotografias e músicas do Oriente Médio por mim organizado e introduzido). Foi concluído com um debate público e a participação da comunidade árabe do Acre). Esses contatos posteriormente foram retomados por meus colegas do DH e ajudaram no

---

<sup>39</sup> A tese de IC de meu orientando José Henrique Bortoluci recebeu o premio Franklin Delano Roosevelt do governo dos EUA.

desenvolvimento do doutorado inter-universitário (DINTER) sob tutela do Prof. Marcos da Silva, e outras formas de cooperação.

Como consequência da minha atuação como professor visitante na **Universidade de Amsterdã** em 2008, fui solicitado várias vezes em **2009** e **2010** a dar **co-orientação** à distância (“segundo leitor”) e emitir pareceres sobre teses de alunos holandeses (temas: e.o. o eixo Irã-Venezuela, de Sander Streefkerk; e a penetração geopolítica e econômica da China na América Central, de Marco Rensma).

Além do ensino regular participei ainda freqüentemente em **eventos** especiais, palestras, debates, painéis, como moderador de mesas acadêmicas na USP (Instituto de Estudos Avançados, Instituto de Psicologia, entre outros), PUC-SP, FASM, UNIFIEO (Osasco), Universidade de Brasília, Escola Superior de Guerra no Rio (onde recentemente me foi outorgado o título de Conferencista Especial), FECAP, UNIFESP, FGV e outros quadros acadêmicos. Durante minha estada em Amsterdã em 2007 também participei nas palestras no *Graduierntenkolleg* do DIA e em 2008 nas da ASSR (*Association for Social Science Research*), em Amsterdam.

Em 2001-2003 orientei um time de alunos-tradutores voluntários de textos acadêmicos sobre o Oriente Médio: isto ainda deve resultar futuramente numa publicação.

Em 2006 fui convidado pelo DH da **Unimontes** (Universidade Estadual Minas Gerais em Montes Claros-MG) a proferir uma palestra sobre a geopolítica atual do Oriente Médio e dar um minicurso sobre islã e islamismo. Em **2009** proferi palestra na UNESP numa sessão em homenagem ao saudoso Gilberto Dupas, sobre os estudos das relações internacionais na obra do saudoso iniciador e inspirador do GACINT. Minha análise saiu posteriormente como artigo.

Em **2010** dei nova palestra além de um minicurso de três dias sobre o conflito israelo-palestino na Unimontes.

Também em **2010** participei do congresso internacional no DH “95 Anos do Genocídio Armênio: O protótipo de genocídio dos tempos modernos”, onde atuei como debatedor na sessão de perspectivas históricas, comparativas e de direito internacional; e do Simpósio Internacional Guerra e História, onde integrei a mesa “Guerras de Hoje, Imperialismo, Terrorismo”. O WISC (*Global International Studies Conference do World International Studies Committee*) me aceitou para apresentar dois papers e conduzir um painel em seu congresso no Porto, Portugal, para agosto de 2011. Infelizmente tive que cancelar minha participação por falta de recursos.

Em geral, continuo percebendo uma demanda significativa, tanto por parte dos alunos tanto quanto do público em geral, para aumentar a oferta de temas asiáticos, médio-orientais e internacionais, e uma fome do público em geral para melhor conhecer os problemas do mundo muçulmano. Estou aberto e (na medida do possível) disponível para acomodar as iniciativas de alunos, jornalistas (e.o. **entrevistas**) e outros, que vejo como um **serviço à comunidade** do qual muito me orgulho. Entre essas atividades abertas ao público não-acadêmico há palestras para SESC, Bial do Livro, Arte na Escola, a Casa

do Saber, Congregação Israelita Paulista, B'nai B'rith do Brasil, Escola Bialik, Centro Cultural Banco do Brasil, Cenário Internacional, entre outras.

Esses compromissos com pesquisa, ensino e extensão me deixaram em geral relativamente pouco espaço para cargos de gerência. Além do mais minha participação na **administração** de grêmios universitários foi inicialmente um pouco restrita por limitações no meu domínio da língua portuguesa; este obstáculo está sendo progressivamente superado. Participo ocasionalmente das reuniões plenárias (mensais) do Departamento de História, além das do Programa de História Social e da Área Contemporânea. Em maio de 2004 fui eleito como representante suplente do DH na Comissão da Biblioteca da FFLCH (representante: Profa. Laura Melo e Souza); esta tarefa foi prorrogada por mais um biênio em 2006. Em 2006 entrei como membro da Comissão de Pós-Graduação e Pesquisa do IRI; participo e.o. nas avaliações semestrais e seleções de candidatos, além de integrar a Congregação.

É também útil lembrar meus esforços mais ou menos contínuos para manter e desenvolver contatos com colegas pesquisadores no exterior (EUA, Holanda, Belgica, Israel, Índia, Indonésia, e.o.).

### **Reavaliando minhas posições teóricas e políticas**

Paralelamente ao aprofundamento de meus conhecimentos sobre o mundo muçulmano, me vi obrigado a repensar meus posicionamentos teóricos e políticos mais gerais, tanto na pauta das relações entre o mundo muçulmano e seus vizinhos e civilizações concorrentes quanto nas questões mais gerais das relações internacionais. Influenciado pelas vicissitudes de meu povo e da minha família, há muito tempo me sinto em solidariedade com os humilhados e perseguidos, abracei os valores de paz e justiça, e considerei axiomática a igualdade entre seres humanos independentemente de raça, religião, gênero, idade ou quaisquer outras marcas de identidade: estas divisões para mim não podem afetar a dignidade humana que as precede e transcende. Mas, aplicar estes princípios aos grandes temas, os filosóficos tanto quanto os da atualidade, é tarefa menos simples – em particular quando dois ou mais valores que aceitamos entram em conflito. Exemplos disto se impõem cada vez: quando o direito à auto-determinação palestina se choca com o da segurança dos judeus; quando a lei internacional que santifica o princípio da não-intervenção e proíbe guerras preventivas se choca com a necessidade de se opor a ditadores agressivos que massacram seus súditos ou buscam ADMs - os rumos seguidos pelos líderes do Irã, da Líbia e da Síria exemplificam de maneira gritante o dilema ; ou, mais em geral, quando a necessidade imperativa de estabelecer regras consensuais de convivência e de resolução de conflitos entre Estados e grupos humanos (p.ex. os direitos humanos), contradiz o respeito devido à alteridade de outras culturas, que podem rejeitar até a idéia de tal consenso ou o princípio da resolução de conflitos, ou exibir outros impedimentos à convivência – um caso que nos confronta com os dilemas epistemológicos e éticos de universalismo vs. relativismo. Estes dilemas eventualmente me levaram a mergulhar nas polemicas da hegemonia global do ocidente.

Como expliquei acima, não hesitei em aplicar minhas idéias universalistas àquele caso que por motivos pessoais e acadêmicos estava mais próximo, o de Israel e dos palestinos. Ainda na Holanda critiquei Israel e defendi os palestinos, desde que achei que a verdade e a justiça pediam isto, sem levar em conta o preço a pagar. Na época fui visto como extremamente pró-árabe e favorável às reivindicações dos povos do terceiro mundo; hoje sou visto como pró-israelense e simpático ao ocidente. Posso, porém, afirmar que minhas posições mudaram muito menos do que a opinião pública geral que, seguindo a intelectualidade e a mídia progressistas, foi em poucas décadas de um extremo a outro. Mas, mesmo se eu não seguisse esta oscilação, ela sim me empurrou a reconsiderar minhas opiniões e lealdades – e isto em questões bem mais abrangentes do que os problemas específicos dos judeus e árabes. Este repensar sem dúvida já tinha começado em Israel, contudo o processo se acelerou depois da minha chegada ao Brasil. Encontrei na América Latina um marxismo muito mais vivo do que em outros continentes, onde ele está mais moribundo. Por mais que possa entender as condições históricas específicas por trás da força da esquerda latino-americana, e que possa sentir uma certa simpatia com algumas de suas metas domésticas, seus posicionamentos internacionais logo me afastaram de sua órbita: não acho aceitáveis os reflexos condicionados antiestadunidenses quase automáticos, nem a implícita tolerância para com um islamismo antiocidental, antidemocrático e antimoderno, pouco criticado pois mal conhecido. Poucos meses após minha entrada na USP como professor visitante, começou aquela série de acontecimentos dramáticos encadeados que transformou a alienação entre o ocidente e o mundo muçulmano em confronto aberto: os ataques de al-Qaeda que mataram 3000 inocentes, com todo o cortejo de suas conseqüências – os atos terroristas seguintes, a brutal virada na política externa dos EUA, a divergência no Conselho de Segurança e na opinião pública internacional acerca da invasão do Iraque, os altos e baixos da tentativa de “democratização induzida” naquele país, a vitimação de milhares de civis iraquianos por atores que alguns insistiram em parabenizar como “resistência antiimperialista”, a trágica descida numa guerra inter-comunitária, a emergência do Irã como potência se aproximando do limiar nuclear e com um regime abertamente comprometido com a expansão ideológica antiocidental, a crescente desmoralização da comunidade internacional frente ao perigo da proliferação nuclear e da “democratização dos meios de violência”... Todas estas etapas de uma longa evolução, cujo desfecho é ainda invisível, constituíram para mim momentos de reflexão e convites para tomar posição, já que fui freqüentemente convidado a opinar: raramente minhas posições se encontraram em sintonia com as “politicamente corretas”...

Apesar da aparência de uma heterogeneidade de temas, minha **preocupação com o islamismo extremista** na verdade se cruza com a questão da hegemonia ocidental. Parece-me ser tarefa intelectual urgente entender a atração – ainda difusa mas sem dúvida crescente - de modelos sociais e políticos que radicalmente negam a modernidade da qual eles mesmos são o fruto. Esta atração é talvez mais clara entre muçulmanos alienados pela experiência com a modernização ocidental, mas não se limita ao islã. Extremismos que preconizam até a violência mais cega para forçar o advento de uma ordem que se considera religiosa, são para nós, os filhos do iluminismo, nada mais do que um totalitarismo anti-racionalista e fascistóide. É mister reenfatizar, porém, que “nós” não somos os únicos filhos da razão, nem os primogênitos. Milhões de muçulmanos



moderados e modernistas optam por uma conciliação com o ocidente e por uma integração entre o melhor de sua herança com o melhor da nossa. O mesmo sem dúvida vale para as demais civilizações. Portanto, mesmo se intervenções humanitárias são às vezes defensáveis ou até imprescindíveis, não acredito em soluções hegemônicas militares, que aliás só serão conjunturais e temporárias; nem acredito que podem ser efetivas estratégias que não se baseiem numa verdadeira compreensão das causas da onda fundamentalista. Não adiantarão simplificações sobre “o terrorismo”, interpretações essencialistas sobre “o islã”, explicações que, no final das contas, não iluminam nada além dos preconceitos dos analistas que as usam. O que adiantará (espero) é um melhor entendimento dessa “Grande Questão”. Devemos elucidar a tal confusa dupla “atração + repulsão”: tanto a de camadas mais preparadas e progressistas no ocidente por modelos “orientais” que rejeitam os princípios básicos da modernidade – quanto aquela de jovens muçulmanos que rejeitam a hegemonia do ocidente mas não querem abandonar suas realizações positivas...

Estas posições não isentam a controvérsia acerca do **conflito israelo-palestino**. Nunca duvidei dos direitos existenciais do povo judeu. A posição geopolítica de Israel, seu estreito alinhamento com os EUA, e as políticas frequentemente pouco hábeis do governo israelense, nutriam uma rejeição ao próprio sionismo que chegou eventualmente à negação do direito de existência do Estado judeu: uma posição há muito tempo abraçada pela maioria da intelectualidade árabe e muçulmana, mas que influencia progressivamente mais a esquerda internacional. Tive que escolher entre duas opções irreconciliáveis: uma de aparente coesão intelectual, e popular entre muitos de meus colegas no campo dos estudos médio-orientais, mas errada em sua fácil condenação de toda uma nação – e uma outra, menos confortável, que rejeita as generalizações e rótulos simplificadores e fáceis demais para cobrir realidades complexas. Pois o conflito Israel-mundo árabe, como a maioria dos conflitos identitários ao redor do mundo, tenta fazer o observador a se identificar com um lado “bom” e a rejeitar o outro como “mau”, mas não justifica realmente tal dicotomia. O Oriente Médio está cheio de acirrados conflitos entre grupos em que *ambos* defendem narrativas e justificativas coesas, razoáveis, e existencialmente experimentadas e percebidas como tais por seus protagonistas. O conflito árabe-israelense se encaixa nessa categoria de conflitos que – ao invés dos sentimentos das pessoas implicadas nele - não permite uma nítida separação entre culpado e vítima. Escolher esta segunda explicação, porém, me colocou quase fatalmente na mira das críticas de (ex) companheiros e outros *fellow travellers* de cores políticas variadas. Lamentavelmente a tendência para dicotimizar a realidade de forma maniqueísta está longe de ser um monopólio de fundamentalistas - há muito aprendi que a esquerda precisa de um “eixo do mal” não menos do que o ex-presidente Bush!

Infelizmente, encontram-se neste eixo da esquerda toda uma série de causas e valores caros a mim, que sempre estive na esquerda, mas não pretendo renunciar àquilo em que acredito: a sobrevivência na dignidade e autonomia tanto de Israel quanto dos palestinos, sem sacrificar um às necessidades propagandísticas do outro; por extensão, a resolução não-violenta e consensual de outros conflitos étnicos e religiosos implicando reivindicações incompatíveis; por extensão, ainda, a rejeição de todos os extremismos religiosos e ideológicos, a favor da busca de soluções pragmáticas e incompletas. Prefiro

uma justiça mínima para todos os partidos antes da justiça absoluta para um lado só; eventualmente, prefiro o valor do universalismo democrático, e aceito a necessidade das democracias se defenderem contra desafios violentos e autoritários. Essa necessidade continua válida – mesmo se o desafio emanasse de um partido que enganosamente parece representar os “condenados da terra” ou de uma causa superficialmente “antiimperialista”, e mesmo se a defesa coubesse à própria “hiper-potência” que no passado foi culpada de violações de direitos humanos e de intromissões antidemocráticas. No entanto, se meus compromissos com o universalismo dos direitos humanos e da democracia me conduzem a aceitar intervenções internacionais em certos casos, a consistência lógica e as demandas da moralidade não deixam de exigir que se apliquem os mesmos princípios com um mesmo rigor no caso de Israel. E de fato, as tendências maximalistas e até antidemocráticas que lamentavelmente se enxergam nas políticas de Israel têm recentemente me obrigado a endurecer minhas críticas para com o Estado judeu.

Finalmente algumas palavras sobre minha **preferência filosófica** em geral. Em meus anos de aprendizagem intelectual, comecei minha trajetória com uma abordagem marxista que privilegiava os fatores socio-econômicos. Os desapontamentos com o materialismo histórico (que detalhei na Introdução da tese de livre-docência) tanto na teoria quanto na sua atuação histórica concreta, e a evolução da política mundial, me convidaram a repensar minhas escolhas teóricas e políticas. Nos últimos anos abandonei meu compromisso com esta teoria a favor de um posição mais eclética (mas não cessei de me identificar com o que estava nas origens do socialismo, q.d. a esperança para um mundo de justiça social). Admito que os diversos relativismos na moda, que desde ca. 1990 substituíram o marxismo como guarda-chuva ideológico da intelectualidade de esquerda, tal como o pós-modernismo, me encantam ainda menos. Tive pelo menos duas oportunidades para me confrontar com questões filosóficas e metodológicas amplas – em 2002, o concurso de efetivação inclui uma boa dose de discussões sobre história da cultura; e em 2005 participei num programa na série *Diálogos Impertinentes* que focalizou o debate sobre ideologia (com Prof. Jorge Zaverucha). Em ambas as oportunidades os grandes temas eram: a modernidade e suas insatisfações; identidade e alteridade; territorialidade e hibridização; religião e movimentos sociais; continuidade e descontinuidade no processo histórico, etc. Foram para mim momentos centrais, pois abriram um panorama sobre a mais abrangente das questões que me preocuparam durante minha vida intelectual. Esta vista panorâmica foi muito além da área, já ampla em si, do Oriente Médio: remetia à questão da hegemonia global do ocidente e, em seu prolongamento, à pergunta de quais valores permitiriam uma coexistência pacífica e frutífera entre as nações e civilizações tão diversas que povoam nossa terra.

### **Conclusão provisória...**

O Talmud cita um rabino que diz: “muito aprendi com meus professores, mais ainda com meus colegas, mas o máximo com meus discípulos”. Comecei minha aprendizagem de historiador há algumas décadas com muitas certezas que se concentravam na visão do materialismo histórico, e como vários companheiros de viagem, quis (*pace* Feuerbach)

mudar o mundo antes de interpretá-lo. Mas para fazer uma diferença (*to make a difference*) precisava limitar a bulimia intelectual. Aos poucos restringi e redirecionei minha escolha no rumo de Israel e Palestina. Aprofundando meu conhecimento deste mundo (e às vezes, infelizmente, submundo) ao qual dedicaria a grande maioria de meus esforços intelectuais, me vi obrigado a descartar muitas das certezas de jovem acadêmico. Em troca ganhei uma compreensão menos teórica, mais plurivalente, e foi-me dada a oportunidade de modestamente participar na epopéia “alquimista” daqueles encontros dialógicos que transformam inimigos em parceiros. Quando este diálogo foi interrompido – esperemos que seja temporariamente – mas quando, de qualquer modo, meu papel nele se encerrou, senti que o momento havia chegado de sair do casulo do Oriente Médio, e de usar suas lições para o entendimento de problemas mais amplos.

Estou um pouco mais velho e, espera-se, um tanto mais maduro, tenho menos certezas (tendo perdido mesmo as poucas que me guiaram até Jerusalém). Mas, por outro lado, sinto que os problemas da convivência internacional gritam por uma atenção mais sustentada, e para uma interpretação compreensiva, além dos modismos fragmentários e relativistas tão freqüente e comodamente invocados pelos ex-namorados do ‘Deus que faltava’. Sinto que estamos sendo chamados, e urgentemente – com risco para nossa própria sobrevivência - a descobrir as linhas de força escondidas e a fazer sentido deste mundo que parece ter perdido seu senso.

Paradoxalmente, agora quando eu me distancio do Oriente Médio, desejando ampliar, recuperar, integrar discussões intelectuais vitais que evitaram e passaram ao largo de um ‘Israel/Palestina’ demasiadamente obcecado com seus próprios complexos – discussões tais como: globalização, sistemas mundiais, teorias de nacionalismo, novas abordagens nas ciências sociais, na nova ciência da consciência, etc. – o Oriente Médio às vezes parece me perseguir até na América; seus extremismos, sua raiva anti-ocidental e anti-secular, sua lógica perversa de violência em nome de Deus... estes demônios parecem sair de sua órbita costumeira para englobar o mundo inteiro (...sim, sei bem que há um, dois, muitos *outros* Orientes Médios, mas não é deles que falo). São meus alunos que pedem para ouvir sobre *aquela* Oriente Médio, e não à toa! Eles querem entender o que está acontecendo, ou ameaça acontecer, com seu próprio universo – um universo até há pouco problemático mas compreensível, mas que doravante parece fugir do controle. São meus alunos brasileiros que, como no caso do velho rabino, insistem que eu estude e faça um esforço para compreender o máximo.

Minha intuição é de que temos que levar em conta muito mais seriamente fatores culturais e até espirituais que não se deixam reduzir a outros. Porém, continuo acreditando que os seres humanos têm em suas mãos a capacidade de moldar a própria sorte, e que isto implica uma responsabilidade mútua e uma liberdade, corretamente consideradas como “a dignidade da modernidade”.<sup>40</sup> Resgatar este projeto, denegrido com muita facilidade e farisaísmo, tanto por algumas de suas vítimas quanto por alguns de seus beneficiários, me parece um dever que merecerá meu esforço, e minhas modestas contribuições. A se realizar nos próximos anos!

---

<sup>40</sup> Cf. Ken Wilber, *The Marriage of Sense and Soul: Integrating Science and Religion*. New York, 1998.

